

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOSÉ HENRIQUE FARIAS PEREIRA DE CARVALHO

**A PROJEÇÃO INDIANA NO OCEANO ÍNDICO NO PÓS-GUERRA FRIA:
LIDERANÇA REGIONAL ALÉM DO SUL DA ÁSIA**

Porto Alegre

2022

JOSÉ HENRIQUE FARIAS PEREIRA DE CARVALHO

**A PROJEÇÃO INDIANA NO OCEANO ÍNDICO NO PÓS-GUERRA FRIA:
LIDERANÇA REGIONAL ALÉM DO SUL DA ÁSIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, José Henrique Farias Pereira de
A Projeção Indiana no Oceano Índico no Pós-Guerra
Fria: Liderança Regional Além do Sul da Ásia / José
Henrique Farias Pereira de Carvalho. -- 2022.
79 f.
Orientador: Andrés Ernesto Ferrari Haines.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Índia. 2. Oceano Índico. 3. Potência Regional.
4. Política Externa. I. Haines, Andrés Ernesto
Ferrari, orient. II. Título.

JOSÉ HENRIQUE FARIAS PEREIRA DE CARVALHO

**A PROJEÇÃO INDIANA NO OCEANO ÍNDICO NO PÓS-GUERRA FRIA:
LIDERANÇA REGIONAL ALÉM DO SUL DA ÁSIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes

UFU

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me abençoar com saúde e uma vida repleta de oportunidades, sempre me cercado de pessoas incríveis e concedendo a energia necessária para seguir em frente.

Agradeço ao Estado e ao povo brasileiro por me possibilitarem a realização de minha formação no ensino superior em uma universidade pública, gratuita e de alta qualidade como a UFRGS. Estendo esses agradecimentos aos professores, funcionários e colegas que tive contato ao longo da minha graduação, colaborando de forma definitiva para meu crescimento pessoal e profissional. Da mesma forma, agradeço a oportunidade de participar em congressos e projetos de extensão, experiências enriquecedoras que contribuíram para uma formação completa e além das salas de aula. Também agradeço a toda infraestrutura presente na UFRGS, especialmente ao Restaurante Universitário e às bibliotecas dos campi, essenciais durante meus anos na instituição.

À minha família por todo apoio, carinho, e conselhos dados ao longo da minha vida, sendo um pilar inestimável para mim. Sem ela, jamais teria condições de realizar minha graduação. Ao meu pai, José Geraldo, pelo companheirismo e o constante incentivo às minhas atividades, ainda mais determinante ao longo de 2020 e 2021. À minha mãe, Patrícia, pela sensibilidade e compreensão, sempre demonstrando muito zelo mesmo estando distante. Ao meu irmão mais velho, Júnior, pela certeza de apoio nos momentos mais complicados e importantes conselhos. Aos meus irmãos mais novos, Rafael e Miguel, por me deixarem mais leve por meio de suas brincadeiras. Nos tempos difíceis que vivemos atualmente, o calor e o amor da família nos ajudam a seguirmos firmes.

Às amigas que carrego comigo desde o colégio: Braga, Nicole, Dorneles, Lindemann, João Corrêa, Thomas, Juliana, Rosa, Griep. A amizade de vocês é muito especial para mim e fico feliz de cultivá-la mesmo após todos esses anos. Durante a pandemia, nossos encontros virtuais apenas reforçaram isso. Às amigas que fiz dentro da universidade: Bianco, Fuhr, Giovanna, Secchi, Spido, Julian, Mariana, Hoppe, João Vitor, Rius, Anna. Minha experiência na faculdade só será inesquecível graças a vocês. Tenho muito carinho pelas conversas e risadas que compartilhamos.

Por fim, agradeço ao professor Andrés Ernesto Ferrari Haines por me abraçar nessa orientação. Sua dedicação e disponibilidade permitiram a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo analisa as estratégias adotadas pela Índia na condução de sua política externa para a região do Oceano Índico. A partir do pressuposto de que a Índia possui o papel de potência regional no espaço geográfico em questão e por meio de uma abordagem qualitativa, busca-se compreender a lógica que determina suas ações dentro das opções características utilizadas por potências regionais de acordo com o debate existente na literatura sobre o tema. A análise leva em consideração documentos oficiais do governo indiano e declarações de autoridades do país para estabelecer a visão existente na Índia sobre o Oceano Índico e como isso molda sua estratégia de inserção regional. Além de apresentar um panorama geral da política externa para região, o trabalho dividiu o Oceano Índico em sub-regiões a fim de apreciar detalhadamente os diferentes condicionantes presentes na interação da Índia com as dinâmicas sub-regionais. Identifica-se a prevalência de uma estratégia hegemônica que visa colocar a Índia como provedora de bens públicos para a região e principal garantidora da estabilidade regional, e construir uma ordem regional baseada na convergência de interesses comuns e interesses indianos.

Palavras-chave: Índia. Oceano Índico. Potência Regional. Política Externa.

ABSTRACT

The present study analyzes the strategies adopted by India in conducting its foreign policy for the Indian Ocean region. Based on the assumption that India has the role of regional power in the geographic space in question and through a qualitative approach, it seeks to understand the logic that determines its actions within the options used by regional powers according to the existing debate in the literature on the topic. The analysis takes into account official Indian government documents and statements by country officials to establish India's existing view of the Indian Ocean and how it shapes its regional insertion strategy. In addition to presenting an overview of foreign policy for the region, the work divided the Indian Ocean into sub-regions in order to provide a detailed picture of the different conditions present in India's interaction with sub-regional dynamics. The prevalence of a hegemonic strategy that aims to place India as public goods provider for the region and the main guarantor of regional stability is identified, and to build a regional order based on the convergence of common and Indian interests.

Keywords: India. Indian Ocean. Regional Power. Foreign policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linhas de Marítimas de Comunicação do Oceano Índico.....	37
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
G-4	Grupo dos Quatro
HADR	Assistência Humanitária e Alívio de Desastres
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
LMC	Linhas Marítimas de Comunicação
IONS	Simpósio Naval do Oceano Índico
IORA	Indian Ocean Rim Association
IOZOP	Zona de Paz do Oceano Índico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLAN	Marinha do Exército Popular de Libertação
ROI	Região do Oceano Índico
SAARC	Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	LIDERANÇA REGIONAL: TEORIA E PRÁTICA	17
	2.1 CONCEITO DE POTÊNCIA REGIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
	2.2 COMPONENTES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE UMA POTÊNCIA REGIONAL	19
	2.3 ESTRATÉGIAS E TIPOS DE LIDERANÇA REGIONAL	21
	2.3.1 Império	22
	2.3.2 Hegemonia	23
	2.3.3 Liderança.....	26
	2.4 CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES INDIANAS COM O ENTORNO REGIONAL DURANTE A GUERRA FRIA	27
	2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	32
3	ATUAÇÃO NO OCEANO ÍNDICO E INICIATIVAS MULTILATERAIS	34
	3.1 AS TENTATIVAS DE UM ARRANJO MULTILATERAL PARA O OCEANO ÍNDICO	34
	3.2 SUL DA ÁSIA: PREPONDERÂNCIA DA ÍNDIA COMO REGULADORA DAS DINÂMICAS SUL ASIÁTICAS E RIVALIDADE INDO-PAQUISTANESA	39
	3.3 ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL: DA SOLIDARIEDADE TERCEIRO MUNDISTA À CONSTRUÇÃO DE LAÇOS ECONÔMICOS E SECURITÁRIOS	43
	3.4 SUDESTE ASIÁTICO: ACT EAST POLICY.....	45
	3.5 ÁSIA OCIDENTAL: MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA DO CORREDOR ENERGÉTICO.....	47
	3.6 CONCLUSÕES PARCIAIS	49
4	RELAÇÃO COM ATORES EXTRARREGIONAIS NO OCEANO ÍNDICO.....	53
	4.1 CHINA: TEMORES DE ENVELOPAMENTO PELA CRESCENTE INFLUÊNCIA CHINESA NA REGIÃO E TENTATIVAS DE COOPERAÇÃO	53
	4.2 ESTADOS UNIDOS: APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES E CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA NO SÉCULO XXI.....	58

4.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	63
5	CONCLUSÃO.....	65
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

O Oceano Índico configura-se como um dos espaços mais relevantes do Sistema Internacional na conjuntura atual. A emergência da Ásia como centro de gravidade das Relações Internacionais no século XXI, puxada pelo crescimento acelerado de China e Índia, consolida essa situação. A região abrangida pelo Oceano Índico abriga importantes rotas comerciais, com cerca de metade do fluxo de comércio mundial transitando por suas águas; e as principais fontes de energia do mundo, com mais de 30% da produção de petróleo mundial proveniente da região e 70% do transporte marítimo global de petróleo e derivados circulando pela área; além de ser ponto de convergência dos interesses do ocidente e do oriente (KAPLAN, 2010).

Ademais, os Estados envolvidos no Oceano Índico estão imersos em diversas questões de segurança que muitas vezes estão intrinsecamente ligadas a esses aspectos econômicos e ampliam a complexidade da compreensão dos fenômenos da região. Ataques piratas a embarcações marítimas e terrorismo são problemas que afligem diversos Estados, gerando instabilidades e crises locais. A região também é palco de múltiplas intervenções militares por potências extrarregionais, as quais levaram a guerras prolongadas e com altos custos humanos e materiais. Contudo, a dinâmica de segurança mais relevante da região para as próximas décadas será a evolução das relações entre Nova Delhi e Pequim (BREWSTER, 2014). A rivalidade crescente entre os gigantes asiáticos e a insegurança mútua em relação às intenções do outro no Oceano Índico criam condições para uma competição estratégica com contornos ainda imprevisíveis. Importante ressaltar que apesar das divergências existentes, um entendimento a respeito do papel de cada nação na região não é algo distante e compõe apenas uma das facetas de uma relação complexa.

A emergência indiana como uma das principais economias do mundo em conjunto com o desenvolvimento de suas capacidades militares é um dos principais fatores para o incremento da importância do Oceano Índico no cenário global (BREWSTER, 2014; PARDESI, 2015). Da mesma forma, a sustentação do desenvolvimento indiano passa pela manutenção da estabilidade da região e dos condicionantes que permitem seu crescimento. Entre estes condicionantes estão a segurança das linhas marítimas de comunicação, viabilizando o comércio e o tráfego de importantes insumos energéticos; o combate a ameaças militares não-estatais, responsáveis por causar instabilidade; acordos econômicos com Estados da região que facilitem a inserção de

produtos indianos; e a cooperação para formação de um arranjo regional amplo que aumente a previsibilidade da conduta dos Estados e diminua o potencial de controvérsias entre eles (KAPUR, 2019; BREWSTER, 2014; RIBEIRO, 2019).

A Índia aspira consolidar sua posição de potência regional no Oceano Índico, expandindo sua posição já dominante no Sul da Ásia. Muitos líderes e pensadores estratégicos indianos acreditam que a ascensão da Índia a um posto de destaque e predominância no Oceano Índico faz parte do “destino” do país, assim como sua elevação à grande potência (BREWSTER, 2014). Ainda de acordo com esses estrategistas, a Índia seria o centro de gravidade da região, então seu reconhecimento como potência da região seria um processo “natural” (BREWSTER, 2014).

A fim de realizar essa ambição, a República da Índia tem buscado aprofundar suas parcerias econômicas e securitárias com Estados de toda a região. Pode-se destacar o Acordo de Livre Comércio Índia-ASEAN de 2010 e os diversos acordos de cooperação em segurança com África do Sul, Tanzânia, Quênia, Moçambique, Sri Lanka, Maldivas, Ilhas Maurício, Singapura, entre outros parceiros (CHAKRABORTY; CHAKRABORTY, 2018; PARDESI, 2015). A Índia tenta se apresentar como uma provedora de segurança e bens públicos para toda a região, um ator benigno capaz de liderar os Estados do Oceano Índico e impulsionar seu desenvolvimento (BREWSTER, 2014; BARUAH, 2020).

Além do estabelecimento de parcerias formais de cooperação em áreas de segurança, comércio, investimentos, alívio de desastres e transferência de tecnologia, a Índia está modernizando e expandindo as capacidades materiais de atuação de suas forças armadas com o propósito de respaldar sua reivindicação como potência principal do Oceano Índico (BREWSTER, 2014). Esses planos de expansão da capacidade operacional das forças armadas confeririam ao Estado indiano a habilidade de projeção de poder necessária para firmar-se como garantidor da segurança e estabilidade regional, e dirimir a presença de potências extrarregionais na região. O maior exemplo desse esforço é a conversão da Marinha da Índia de uma força focada na defesa da costa para uma Marinha de Águas Azuis. Esse movimento também marca uma transição da ênfase do emprego das forças armadas indianas da continentalidade para o poder naval - sem deixar de ter uma preocupação especial com as disputas conflituosas nas fronteiras terrestres (BARUAH, 2020).

Dessa forma, este trabalho propõe-se a analisar de que maneira ocorre esse processo de projeção da Índia no Oceano Índico desde o final da Guerra Fria. Mas para a realização dessa

análise, é necessário definir conceitos teóricos pertinentes ao tema com o intuito de enquadrar este estudo dentro do debate iniciado por trabalhos anteriores. Assim, o conceito chave que será utilizado ao longo do trabalho é o conceito de potência regional. Estudos a respeito das estruturas de poder entre os Estados no sistema internacional e o papel desempenhado por eles constitui um campo de grande interesse nas Relações Internacionais. Ao tratarmos de uma região extensa como o Oceano Índico e o papel desempenhado pela Índia nesse espaço, torna-se fundamental entender de que maneira a Índia pode ser enquadrada como uma potência regional e como isso nos ajuda a compreender seu comportamento e conduta em relação ao entorno regional.

Este trabalho faz uso das contribuições feitas por Detlef Nolte (2010) na compreensão sobre potências regionais. Estados que qualificam-se como potências regionais diferem entre si, contudo, existem premissas básicas que permeiam todos esses Estados, seja de maneira mais ou menos intensa. Essas premissas são a vontade expressa do Estado em liderar uma região delimitada geograficamente, politicamente e economicamente; o Estado possuir os recursos materiais e organizacionais que respaldam sua reivindicação de liderança; e a possibilidade de verificar a influência do Estado nas questões regionais (NOLTE, 2010).

Tão importante quanto definir se um Estado qualifica-se como potência regional é definir as implicações dessa conceituação. Nesse sentido, compreender as estratégias empregadas pelas potências regionais na sua interação com os demais Estados da região é essencial. Sandra Destradi (2010) considera que as estratégias empregadas por potências regionais variam conforme seus objetivos e poder relativo, não podendo considerar uma abordagem que sirva a todas as potências regionais em todos os momentos. Ela identifica três tipos ideais de estratégias: império, hegemonia e liderança (DESTRADI, 2010). Esses tipos possuem variações dentro de si ainda, conferindo um alto grau de diversidade nas opções adotadas por potências regionais.

Considerando o que foi exposto acima, a pergunta geral que guiará este trabalho é a seguinte: quais estratégias estão sendo adotadas pela Índia no seu exercício como potência regional do Oceano Índico a fim de realizar seus objetivos e interesses? Complementando este questionamento, também é importante discutir como as estratégias implementadas divergem entre si e como podem ser caracterizadas dentro do arcabouço teórico definido por Destradi, e até que ponto o Oceano Índico pode ser considerado uma região devida sua extensão territorial.

Argumenta-se que a Índia desempenha o papel de potência regional no Oceano Índico por meio de uma estratégia majoritariamente hegemônica. Isso é feito ao expandir sua influência por

meio de acordos bilaterais e multilaterais, pela sua crescente função como provedor de segurança na região, ao tentar organizar os interesses comuns da região por meio de organizações como *Indian Ocean Rim Association* (IORA) e o Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS), ter preferência pela via multilateral ao interagir com cada sub-região do Oceano Índico e tentar limitar a ingerência de potências extrarregionais, especialmente China e Estados Unidos, nas dinâmicas regionais.

Objetiva-se de maneira geral verificar quais estratégias a República da Índia emprega no seu exercício como potência regional no Oceano Índico. Busca-se ainda como objetivos específicos: (i) dialogar com a literatura existente sobre potências regionais e estabelecer um parâmetro conceitual; (ii) compreender o quadro histórico das relações da Índia com os Estados do seu entorno regional e seu papel desempenhado na região; (iii) identificar e analisar as estratégias contemporâneas empregadas pelo governo indiano na região do Oceano Índico com base nos marcos teóricos; (iv) analisar a interação da Índia com atores extrarregionais, China e EUA, e como isso molda a inserção indiana no Oceano Índico.

As regiões têm ocupado um espaço de destaque nas relações internacionais contemporâneas, com alguns autores apontando uma espécie de regionalização das grandes dinâmicas internacionais em detrimento de eventos globais (KATZENSTEIN, 2005; HURRELL, 2007). Dessa maneira, o estudo do comportamento de potências regionais nessa arquitetura internacional entra no centro da discussão para a compreensão da política internacional no cenário atual. Assim, o papel desempenhado pela Índia na região do Oceano Índico corresponde a um importante processo que pode ser utilizado tanto como objeto para a análise de seu fenômeno específico dentro de um espaço geográfico de crescente relevância internacional, quanto para insumo de estudos referentes a outras regiões no mundo. Dada a confluência de interesses de atores extrarregionais no Oceano Índico, seu estudo torna-se ainda mais relevante.

A Índia tal como o Brasil são países emergentes que apresentam desafios comuns na construção de uma ordem internacional mais aberta aos anseios dos Estados do Sul Global. Juntos compõem parcerias estratégicas como BRICS, IBAS e G-4, entre outros, para questionarem as estruturas de governança global existentes e concentrarem esforços na criação de alternativas. Além disso, ambos se apresentam como lideranças em seus respectivos espaços regionais. Portanto, a presente pesquisa pretende colaborar com a construção de conhecimento a

respeito de um parceiro internacional fundamental para o Brasil e possivelmente estabelecer parâmetros de comparação com a própria política externa brasileira.

Este trabalho utilizará o método qualitativo para realização de suas análises. Por meio da abordagem teórica sobre potências regionais oferecida por Nolte e Destradi, será feito um enquadramento da conduta indiana ao longo do Oceano Índico dentro do quadro-conceitual elaborado pelos autores. Em primeiro lugar, será organizado o debate a respeito da evolução do conceito de potências regionais dentro do campo de Relações Internacionais com o propósito de situar a relevância do estudo do conceito. A partir da fundamentação da discussão, as premissas teóricas que guiarão o trabalho serão delineadas, dando destaque à conceituação de estratégias usadas por potência regionais de acordo com Destradi. As concepções de império, hegemonia e liderança vão possibilitar a operacionalização da análise das decisões de política externa da Índia de maneira coerente metodologicamente.

A análise da projeção indiana no Oceano Índico, ou seja, o escopo principal do trabalho, buscará sistematizar as estratégias adotadas pela República da Índia entre as opções disponíveis, explicando a lógica que ampara essas escolhas. Devido a diversidade temática entre as pautas da região, serão feitas subdivisões regionais a fim de ressaltar as prioridades de interesses envolvidas em cada uma dessas subdivisões. Assim, a região mais ampla do Oceano Índico será dividida nas seguintes áreas: Sul da Ásia, África Oriental e Austral, Sudeste Asiático e Austrália, e Ásia Ocidental. Contudo, essa separação por áreas não excluirá uma análise da região como um todo, considerando suas principais dinâmicas gerais.

Para o exame da conduta geral do governo indiano na região do Oceano Índico, será utilizado o documento da Estratégia de Segurança Marítima Indiana lançado pela Marinha Indiana em 2015 com a finalidade de identificar a visão da Índia sobre a região e suas principais metas. Também será analisado o papel desempenhado pela Índia na formulação de valores compartilhados dentro de organizações regionais como IORA e IONS nas áreas de segurança marítima, comércio, economia azul, assistência humanitária e alívio de desastres, e cooperação técnica e científica.

No tocante a interação indiana com os Estados da região dentro das subdivisões propostas, serão analisadas declarações de autoridades dos países envolvidos a respeito das dinâmicas de suas relações, a exemplo do discurso do primeiro ministro indiano Narendra Modi nas Ilhas Maurício em 2015 quando delineou sua visão para o Oceano Índico, memorandos de

entendimento, relatórios governamentais e acadêmicos, e ações práticas - como o desenvolvimento de infraestrutura militar e operações de combate a pirataria. Isso dará um panorama detalhado do papel desempenhado pela Índia no Oceano Índico e permitirá compreender as abordagens de política externa empregadas pelo governo indiano sob a luz do arcabouço teórico escolhido pela pesquisa.

O referencial teórico selecionado para a realização da pesquisa é composto principalmente pelos artigos *How to compare regional powers: analytical concepts and research topics* (2010) de Detlef Nolte e *Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership* (2010) de Sandra Destradi. Nolte constrói sua conceituação de potências regionais a partir da concepção de que uma única corrente de pensamento nas Relações Internacionais não é capaz de arremeter todas as dimensões contidas na caracterização do conceito, uma vez que ele engloba componentes do realismo, liberalismo e construtivismo. Dessa maneira, o autor define que uma potência regional é um Estado que (i) articula a pretensão auto-concebida de liderança em uma região geograficamente, economicamente e político-ideacionalmente determinada; (ii) detém os recursos materiais (militares, econômicos, demográficos), organizacionais (capacidade e habilidade política) e ideológicos para projeção de poder regional; (iii) exerce grande influência nas atividades e resultados em questões regionais. Ademais, ele atribui características complementares que são esperadas de potências regionais, como a providência de bens coletivos para a região e a definição de uma identidade ou um projeto regional comum (NOLTE, 2010).

Nolte também propõe reflexões acerca do papel desempenhado por instituições regionais dentro das estratégias das potências regionais e na interação dos Estados pertencentes a região. Organizações regionais não seriam apenas espaços de disseminação de valores e resolução de desafios comuns, mas também locais de poder que representam a estrutura hierárquica de poder regional e os interesses da potência regional. Assim, instituições regionais formadas pela iniciativa e influência de potências regionais facilitam o controle da região pelo Estado líder e conferem legitimidade a sua atuação (NOLTE, 2010).

Já Destradi propõe um desenho teórico sobre as estratégias empregadas por potências regionais na perseguição de seus interesses. A autora argumenta que a orientação estratégica utilizada por potências regionais é baseada nos seus objetivos, meios empregados e recursos de poder disponíveis. As estratégias podem variar desde uma abordagem coercitiva e impositiva com a ameaça frequente do uso da força até uma abordagem cooperativa e agregadora. Essas

abordagens distintas são classificadas dentro de três tipos ideais de estratégias adotadas por potências regionais definidas como: império, hegemonia e liderança. Destradi ainda realiza diferenciações dentro dos tipos de hegemonia e liderança, criando sub-tipos como hegemonia dura, intermediária e suave, e liderança iniciada pelo líder e liderança iniciada pelos seguidores (DESTRADI, 2010). Essas discriminações adicionais demonstram a complexidade das opções escolhidas pelas potências regionais ao longo da sua interação com os demais atores de sua região e refletem a fluidez entre as estratégias, não existindo apenas a adoção de uma estratégia ou outra, mas uma combinação entre elas que está sujeita a constantes transformações.

O referencial teórico proposto permitirá investigar a atuação da Índia no Oceano Índico enquanto potência regional por meio da elucidação de suas estratégias para a região, possibilitando entender a lógica que guia sua ação, como ela afeta as dinâmicas regionais, molda a inserção regional indiana e condiciona sua relação com potências extrarregionais.

Este trabalho está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução e a conclusão ao final. A seção seguinte tratará sobre a discussão teórica a respeito de potências regionais e estruturas de poder no sistema internacional, percorrendo a formação de conceitos importantes, a definição de potência regional adotada no trabalho e o comportamento das mesma conforme às ordens regionais nas quais estão inseridas. Também será feito um breve relato em relação à construção das relações da Índia com seu entorno regional durante a Guerra Fria. No próximo capítulo, será feita a análise principal do trabalho, na qual se buscará entender quais estratégias são empregadas pela Índia em cada sub-região definida no Oceano Índico a partir de suas interações com os Estados da região. Na seção subsequente, se visará compreender o complexo relacionamento da Índia com as principais potências extrarregionais atuantes no Oceano Índico através da procura por um equilíbrio estratégico entre a triangulação Índia, China e Estados Unidos. Por fim, as principais reflexões advindas da monografia estarão presentes na conclusão.

2 LIDERANÇA REGIONAL: TEORIA E PRÁTICA

Para obter uma boa compreensão do papel desempenhado pela Índia no âmbito regional do Oceano Índico, é importante discutir os aspectos analítico-teóricos presentes na literatura sobre potências regionais. Ao estabelecer um quadro teórico para o enquadramento de Estados na categoria de potência regional, elencando critérios objetivos e subjetivos, torna-se possível realizar uma análise mais rigorosa e consistente com trabalhos anteriores de autores que estudam esse conceito. Além disso, a utilização de um marco teórico é uma ferramenta necessária para alcançar os objetivos propostos por este trabalho.

Dessa maneira, este capítulo tratará sobre os parâmetros teórico-conceituais presentes nos estudos de potências regionais e suas estratégias e como eles relacionam-se com a Índia na construção de seu relacionamento com o entorno regional. Primeiro será feito um breve relato do percurso do conceito de potência regional e outros conceitos predecessores nas Relações Internacionais. Na sequência serão estabelecidos os critérios teóricos utilizados no trabalho para determinar o que constitui uma potência regional, estes critérios serão baseados no quadro analítico proposto por Nolte (2010). O próximo passo será elencar as estratégias e tipos de liderança empregadas por potências regionais na perseguição de seus objetivos e como isso condiciona a governança regional a partir da visão de Destradi (2010). Por fim, será realizada uma análise breve da construção da República da Índia desde sua independência do Reino Unido em 1947, abordando suas dinâmicas internas e o desenvolvimento de suas capacidades materiais e políticas, e apresentando a estruturação das relações indianas com o entorno regional.

Objetiva-se ao final deste capítulo ter exposto as bases conceituais que irão permear o restante da monografia. A maneira como a Índia se relaciona com estes conceitos possibilita analisar a atuação indiana no Oceano Índico e responder a pergunta que norteia o trabalho.

2.1 CONCEITO DE POTÊNCIA REGIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao final da Guerra Fria, o sistema internacional atravessou por uma grande reconfiguração de suas estruturas. Foi um período marcado pela emergência das regiões na política internacional em contraposição com a bipolaridade evidente entre Estados Unidos e

União Soviética (KATZENSTEIN, 2005; HURRELL, 2007). Os sinais dessa transformação já estavam presentes desde a formação dos primeiros blocos regionais, como a Comunidade Europeia, Organização da Unidade Africana e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (FAWN, 2009). Contudo, somente após o término da bipolaridade, as regiões assumiram proeminência no sistema internacional, tornando-se tanto espaços quanto agentes essenciais na interação entre Estados e entre outros atores. Isso trouxe uma complexificação das relações internacionais na medida que novos polos de poder foram surgindo e mais atores passaram a atuar de maneira autônoma, conforme oportunidades de barganha apresentavam-se. A partir desse caráter multifacetado da ordem global que se desenhava, ganhou relevância entender o papel das potências regionais em suas respectivas regiões, como elas exercem influência na região, como as dinâmicas regionais afetam a esfera global e vice-versa, e se de fato uma região possui uma potência regional.

Agora será feita uma breve referência àquelas abordagens na teoria de RI que trataram sobre análise das hierarquias regionais de poder e o status das potências regionais na hierarquia global de poder. Martin Wight, em seu texto *Power Politics* de 1946, separa duas categorias de Estados: grandes potências regionais e potências médias. Os interesses das grandes potências regionais estão focados em uma região limitada, onde podem agir por conta própria. As grandes potências regionais são potenciais candidatos ao status de potências médias no sistema internacional. Em contraste, as potências médias são classificadas com base em seu poder em comparação com as grandes potências, este sendo o poder militar (NOLTE, 2010).

Outra abordagem analítica que lida explicitamente com as hierarquias de poder na política internacional é a chamada teoria da transição de poder originalmente formulada por A. F. K. Organski. Em contraposição com as teorias realistas do equilíbrio de poder, a teoria da transição de poder postula um sistema internacional hierárquico com uma potência dominante no topo e grandes potências, potências médias e pequenas potências subordinadas a ela. A hierarquia reflete a distribuição dos recursos de poder e é baseada em padrões de alocação de recursos políticos e econômicos que servem ao poder dominante (NOLTE, 2010).

Em uma extensão da teoria da transição de poder, Douglas Lemke desenvolveu um modelo de hierarquia múltipla. Em vez de uma hierarquia internacional de poder, a hierarquia internacional de poder consiste em uma série de hierarquias de poder paralelas e sobrepostas (NOLTE, 2010). Os subsistemas funcionam de acordo com a mesma lógica da hierarquia geral de

poder - cada um dos sistemas regionais ou sub-regionais tem um Estado dominante no topo da pirâmide de poder regional ou sub-regional. Os subsistemas regionais ou sub-regionais estão subordinados à hierarquia de poder global. O poder dominante na hierarquia global, e também outras grandes potências, pode interferir nos subsistemas, especialmente se o *status quo* local estiver em desacordo com as preferências do poder dominante global ou com os padrões globais de alocação de recursos políticos e econômicos. As questões que podem ser resolvidas dentro da estrutura da hierarquia regional/sub-regional de poder fazem parte do *status quo* regional/sub-regional (NOLTE, 2010).

Outra abordagem relevante que envolve o conceito de potências regionais é a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS). Dentro dessa teoria, a análise está focada em aspectos securitários e tem como principal premissa que: um complexo regional de segurança é composto por um conjunto de Estados cujas principais percepções e preocupações sobre segurança estão tão interligadas que seus problemas de segurança nacional não podem ser analisados ou resolvidos de forma efetiva separadamente. Os complexos regionais de segurança são geralmente definidos por um padrão de rivalidade e equilíbrio de poder entre as principais potências da região. A lógica do equilíbrio de poder incentiva os principais rivais regionais a pedirem ajuda externa, assim, vinculando os padrões locais de rivalidade aos globais (BUZAN; WAEVER, 2003). Dessa maneira, a potência regional exerce papel determinante nos rumos de segurança da região.

2.2 COMPONENTES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE UMA POTÊNCIA REGIONAL

O conceito de potência regional é um conceito de grande complexidade dentro das Relações Internacionais. Devido às diferenças existentes entre os Estados normalmente atribuídos com essa caracterização - África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, Índia, Irã, Israel, Nigéria, Turquia, para citar alguns -, persiste uma dificuldade em estabelecer parâmetros consensuais que definem uma potência regional. Isso decorre da tentativa de conciliação entre os fatores objetivos e subjetivos que devem ser considerados na análise. Ao tratarmos de potências regionais, estamos tratando de estruturas de poder regionais e internacionais, de processos políticos e econômicos que ocorrem tanto na esfera doméstica quanto externa, de ideias sobre liderança, aspirações regionais e pertencimento a uma região (NOLTE, 2010). Portanto, a utilização de conceitos de

diferentes correntes teóricas dentro das Relações Internacionais é importante no estudo de potências regionais.

O próprio conceito de potência regional é a combinação de dois conceitos bem distintos entre si - poder e região. O primeiro conceito é preponderante dentro do campo das RI, sendo objeto de estudo de diversos autores. Para Nye (2002), “poder é a habilidade de efetuar os resultados desejados, e se necessário, mudar o comportamento de outros para que isso aconteça” (NYE, 2002, p. 4, tradução do autor)¹. Essa definição parte da perspectiva de que o poder está atrelado ao relacionamento de dois atores (Estados ou não) dentro do sistema internacional. Poder é um dos conceitos principais dentro da tradição realista das RI, sendo definido como o controle sobre recursos - militares, econômicos, populacionais - e seus meios de empregá-lo. Em adição a essa visão, Waltz (1988) considera o poder como um meio útil para a atuação de um Estado na política internacional, com os Estados buscando uma quantidade apropriada de poder a fim de maximizar sua segurança. Em abordagens pós-positivistas, poder também pode apresentar um componente ideacional.

O segundo conceito é proveniente da geografia e se refere a um espaço geograficamente delimitado. Contudo, diversas vezes o conceito de região é empregado sem uma caracterização muito clara dentro das Relações Internacionais. Sua própria definição dentro do campo de RI e fora dele é objeto de debates e estudos. A região não apresenta somente atributos relacionados ao território, é um conceito pluridisciplinar no qual aspectos identitários, econômicos e políticos também importam. Em diversos casos, uma região geográfica apenas ganhou uma significação além dos fatores espaciais dentro das RI, após seus atores engajarem entre si e conferirem àquela região um valor político, econômico ou cultural de maneira intencional (FAWN, 2009). Deve-se ressaltar também que uma região não possui meramente uma dinâmica comum ou características homogêneas ao longo de seu limite. Diversos arranjos regionais sobrepõem-se um ao outro, sem coincidirem, isto é, existem sub-regiões no interior de regiões mais amplas (FAWN, 2009). Essas considerações são relevantes para este trabalho, uma vez que a região estudada, o Oceano Índico, é heterogêneo em seus processos políticos, culturais e econômicos e abrange uma área muito extensa que abriga várias sociedades.

¹ No original: “power is the ability to effect the outcomes you want, and if necessary, to change the behavior of others to make this happen” (NYE, 2002, p. 4).

Contemplando o conceito de potência regional propriamente dito agora, foi adotado a definição sugerida por Detlef Nolte (2010). Segundo ele, uma potência regional é um Estado que: (a) articula a pretensão de liderança em uma região geograficamente, economicamente e político-ideacionalmente definida; (b) detém os recursos materiais (militares, econômicos, demográficos), organizacionais (capacidade e habilidade política) e ideológicos para projeção de poder regional; (c) possui verdadeiramente grande influência em questões regionais (atividades e resultados) (NOLTE, 2010, p. 893). O primeiro ponto reflete o aspecto subjetivo na definição de potências regionais, sendo a auto-concepção do Estado como líder regional fundamental para exercer a função. O segundo e o terceiro pontos representam o aspecto objetivo, no qual o Estado deve possuir as bases materiais que vão respaldar sua atuação na região e estruturar a hierarquia regional, e sua relevância para a região é verificada facilmente.

Além dessas características principais, Nolte ainda denota características que são esperadas de uma potência regional, tais como: influenciar de maneira significativa a delimitação geográfica e a construção política-ideacional da região; estar interconectada economicamente, politicamente e culturalmente com a região; exercer sua influência por meio de estruturas de governança regional; definir e articular um projeto regional comum; prover um bem coletivo para a região ou participar intensamente na provisão desse bem; definir a agenda regional de segurança; ter sua posição de liderança na região reconhecida ou pelo menos respeitada por outros Estados dentro e fora da região; estar integrada a fóruns e instituições inter-regionais e globais nos quais não apenas representa seus interesses, mas interesses regionais também (NOLTE, 2010). A adequação das potências regionais dentro destas propriedades listadas acima variam conforme seu poder relativo e estratégias utilizadas. Dessa maneira, esses critérios tornam-se instrumentos úteis na comparação e diferenciação de potências regionais. O próximo subcapítulo irá abordar as estratégias e tipos de liderança que surgem a partir dessas distinções.

2.3 ESTRATÉGIAS E TIPOS DE LIDERANÇA REGIONAL

Como foi destacado na subseção anterior, não existe apenas um tipo ideal de potência regional. Da mesma forma, não existe um comportamento único adotado por potências regionais atuando dentro de sua região. As estratégias utilizadas por elas diferem de acordo com seus objetivos, meios empregados, seu poder relativo e seu relacionamento com os demais Estados de

seu entorno regional. Nesse sentido, Destradi (2010) identifica três tipos ideais de estratégias executadas: império, hegemonia e liderança (DESTRADI, 2010). Os demais Estados da região, que configurariam os seguidores da potência regional, também reagem de maneira distinta aos diferentes tipos de estratégias empregadas pela potência regional, adotando posturas mais ou menos cooperativas. A seguir será feita uma elucidação conceitual destas estratégias e as razões que podem levar um Estado a efetuar uma em detrimento das outras.

2.3.1 Império

A estratégia imperial é caracterizada quando Estados que detêm recursos materiais de poder de forma dominante em suas regiões possuem a opção de buscar sua segurança em um ambiente de imprevisibilidade por meio da conduta unilateral de seu interesse nacional. Esta atuação seria sustentada por meio da coerção e do uso da força militar se necessário (DESTRADI, 2010).

De acordo com Destradi, no entanto, diversos autores definiram esse tipo de estratégia estatal como hegemonia, criando uma confusão conceitual a respeito dos termos império e hegemonia. A atribuição de características imperiais ao conceito de hegemonia acaba desconsiderando as concepções de hegemonia que abarcam uma liderança cooperativa que provêm bens comuns. Da mesma maneira, o termo império é interpretado de maneiras difusas, ocasionando no seu uso indiscriminado e indeterminação normativa. Dentro do debate em relação ao “império estadunidense”, o termo império passou a significar a ordem mundial centralizada nos Estados Unidos (DESTRADI, 2010). Essa sobreposição de conceitos causa uma situação de falta de rigor teórico.

Entre as diferentes conceituações e utilizações do termo “império” pode-se desprender a associação do termo ao unilateralismo e ao uso do poder militar. Ainda conforme Destradi, “no sistema internacional contemporâneo baseado no estado-nação, a noção de império é libertada da associação com anexos territoriais, que é substituída pela idéia de ‘império informal’” (DESTRADI, 2010, p. 910). Dessa maneira, império pode ser considerado a imposição de relações de controle político por sociedades políticas sobre a soberania efetiva de outras sociedades políticas, mantendo a igualdade de jure entre os entes políticos, mas gerando uma situação hierárquica de controle de fato. (DOYLE, 1986; WENDT; FRIEDHEIM, 1995).

O fator principal para distinguir o comportamento imperial do hegemônico nas estratégias de potências regionais é a análise dos meios empregados no exercício do poder. Numa abordagem imperial, o Estado faz uso da coerção e imposição para atingir seus objetivos, sujeitando o Estado mais fraco a uma posição de submissão. Os dois conceitos podem ser definidos da seguinte forma:

Na coerção, os governantes de estados mais fortes pioram a situação dos mais fracos, fazendo ameaças críveis às quais o alvo pode ou não concordar, ou adotando movimentos unilaterais que minam a posição de barganha do estado mais fraco. Na imposição, o alvo é tão fraco que não tem outra opção a não ser atender às preferências dos mais fortes (KRASNER, 2001, p. 18, tradução do autor).²

Entretanto, a característica mais inerente da estratégia imperial é o prospecto de intervenção militar - uma vez que os conceitos de coerção e imposição podem ser atribuídos a abordagens mais duras de hegemonia. Potências regionais fazem uso da ameaça de intervenção militar se Estados subalternos não obedecerem a agenda designada por elas. Dentro da estratégia imperial, as potências regionais são obrigadas a tomarem essa atitude, arriscando perder sua posição dominante caso contrário (DESTRADI, 2010).

2.3.2 Hegemonia

As confusões de significação observadas no conceito de império repetem-se ao lidarmos com o conceito de hegemonia. No entanto, as características essenciais do que compõe uma estratégia imperial são mais propensas a um consenso, estando a confusão em sua nomenclatura; enquanto uma estratégia hegemônica não possui uma concordância nos seus aspectos principais nem na sua terminologia. Isso decorre das seguintes razões: em primeiro lugar, hegemonia é frequentemente usada como sinônimo de liderança e império; em segundo lugar, é empregada por autores pertencentes a escolas de pensamento diferentes, com interesses de pesquisa às vezes

² No original: “In coercion, the rulers of stronger states make weaker ones worse off by making credible threats to which the target might or might not acquiesce, or engaging in unilateral moves which undermine the bargaining position of the weaker state. In imposition, the target is so weak that it has no option but to comply with the preferences of the stronger” (KRASNER, 2001, p. 18).

profundamente divergentes; em terceiro lugar, como "império", "hegemonia" também tornou-se um termo com carga normativa, especialmente no contexto do debate dos Estados Unidos como uma hegemonia cooperativa e benevolente ou um império egoísta e ganancioso (DESTRADI, 2010).

Uma estrutura hegemônica sempre vai ter por fim realizar os objetivos do hegemom e propagá-los como objetivos comuns de todos os Estados envolvidos nessa ordem hierárquica. Ao considerar este fator, pode-se considerar uma aproximação entre os objetivos de uma estratégia imperial e uma estratégia hegemônica, porém, o conteúdo da estratégia na consecução desses objetivos é determinante para a diferenciação dos dois tipos de abordagem. Dentro da hegemonia, a potência regional utiliza abordagens mais sutis do que as empregadas por Estados em estruturas imperiais, podendo valer-se desde pressões materiais - como sanções econômicas - até persuasão política e propagação de normas e valores, conferindo grande flexibilidade nas opções hegemônicas e gerando subtipos de estratégias (DESTRADI, 2010; IKENBERRY; KUPCHAN, 1990). Interessante pensar que a hegemonia cria condições distintas conforme os valores e o poder relativo da potência regional em questão, sendo impossível determinar a postura baseada unicamente no componente de poder. Valores importam para a decisão sobre as estratégias empregadas. Um Estado com bastante poder relativo acumulado pode preferir meios menos coercitivos para atingir seus interesses a partir de uma percepção avessa à confrontação e propensa à busca por legitimação consentida. Por outro lado, uma potência regional com um rival na região pode optar por tomar medidas coercitivas como uma forma de demonstração de força no âmbito regional. Da mesma forma, potências regionais podem constranger seus vizinhos a aceitarem suas demandas através de uma posição de força ou isolarem um ente regional que não esteja disposto a seguir as regras estabelecidas pelo arcabouço institucional da região. Devido a essas distintas possibilidades de atuação a partir da abordagem hegemônica, os seguintes subtipos formam-se para melhor explicar as características específicas de cada estratégia: hegemonia dura, hegemonia intermediária e hegemonia suave.

A hegemonia dura é uma estratégia pautada na coerção exercida por meios mais sutis, excluindo a possibilidade do uso da força. A intenção principal do Estado hegemônico é a realização de seus interesses e objetivos, mas essa aspiração tenta ser disfarçada ao enfatizar a existência de interesses comuns com Estados subordinados. Dessa maneira, existe uma discrepância entre a retórica de busca por interesses comuns e o intuito de agir unilateralmente e

garantir uma ordem hierárquica sob o seu controle. Nesse tipo de estratégia hegemônica, os Estados secundários são forçados a mudar seu comportamento devido a ações coercitivas empregadas pela potência regional. A coerção pode ser praticada por meio de pressões políticas e diplomáticas, sanções econômicas e exclusão de agrupamentos regionais. Assim, a decisão de aceitar as demandas da potência regional pelos Estados subordinados é baseada em cálculos racionais sobre os custos de não cumprimento, não ocorrendo uma alteração da orientação do Estado em questão nem incorporação das normas e valores promovidos pelo hegemôn. Isso impede o reconhecimento de uma legitimidade real da ordem hierárquica hegemônica, correspondendo a uma pseudo-legitimação (DESTRADI, 2010; IKENBERRY; KUPCHAN, 1990).

A hegemonia intermediária está centrada em torno da provisão de benefícios materiais e recompensas para os Estados secundários a fim de torná-los anuentes aos desígnios da potência regional, compartilhando normas e valores de forma limitada no processo. A ausência de ameaças e sanções nessa estratégia deixa menos óbvia a distinção entre o compromisso retórico do hegemôn com interesses comuns e a perseguição de interesses e objetivos próprios. Os incentivos oferecidos pela potência regional são de natureza econômica principalmente, tomando forma por meio de acordos de facilitação de comércio, empréstimos, projetos de investimento e assistência de desenvolvimento. Os incentivos também podem se dar através de cooperação em segurança e repartição de poder institucional. A aquiescência de Estados subordinados na hegemonia intermediária deriva de cálculos racionais de custo-benefício, porém a difusão limitada de valores comuns e ausência de ameaças tornam essa estratégia mais aceitável. Formando, portanto, uma legitimação parcial (DESTRADI, 2010; IKENBERRY; KUPCHAN, 1990).

A hegemonia suave, como as demais estratégias hegemônicas, possui os interesses nacionais e objetivos próprios da potência regional à frente de sua interação com os demais Estados. Entretanto, o Estado executando essa estratégia empenha-se em modificar e remodelar os valores e normas dos Estados subordinados por meio de um processo de socialização e persuasão normativa. Este processo de socialização leva a uma redefinição dos interesses nacionais dos países secundários, acomodando os princípios e valores do hegemôn em sua nova orientação normativa. Canais diplomáticos com ênfase em consultas mútuas, grupos de trabalhos conjuntos, dentro e fora de instituições regionais, intercâmbios culturais e educacionais entre elites são todos instrumentos do processo de persuasão normativa empregados pela potência

regional para difusão de suas normas e valores. Portanto, o cumprimento de regras e complacência com os objetivos da potência regional pelos Estados secundários originam-se da convergência de normas e valores resultante do processo de persuasão normativa ao invés de cálculos utilitaristas de custo-benefício somente. Dessa maneira, a hegemonia suave pode obter total legitimação dos entes regionais subalternos (DESTRADI, 2010; IKENBERRY; KUPCHAN, 1990)

2.3.3 Liderança

O conceito de liderança é frequentemente empregado no sentido de uma hegemonia cooperativa na qual o Estado dominante provém bens públicos e estabilidade para os demais Estados da região. Com o intuito de evitar a mistura entre os dois conceitos, Destradi (2010) destaca que enquanto a estratégia hegemônica busca realizar os objetivos auto-interessados do hegemon através da apresentação deles como objetivos comuns compartilhados com os Estados subordinados, a estratégia de liderança busca guiar um grupo de Estados a conseguir ou facilitar a realização de seus objetivos comuns. Dessa maneira, a comunhão de interesses entre líderes e seguidores é a principal característica da liderança, dando centralidade não apenas aos objetivos do líder, mas às motivações e interesses dos seguidores, os quais depositam voluntariamente confiança e legitimidade ao líder para articulação de objetivos coletivos (DESTRADI, 2010). Ao colocar o comportamento dos seguidores no centro da estratégia de liderança, dois subtipos de estratégia emergem: liderança iniciada pelo líder e liderança iniciada pelos seguidores.

A liderança iniciada pelo líder é implementada quando o líder - no caso a potência regional - começa um processo de socialização a fim de compartilhar normas e valores com os demais Estados da região. A diferença da liderança em relação à hegemonia suave é que enquanto o hegemon promove seus valores a fim realizar objetivos próprios, o líder utiliza a promoção em busca de realizar objetivos coletivos identificados a partir do entrelaçamento de seus interesses com os interesses dos seguidores ao longo do processo de socialização. Também é possível que o processo de socialização iniciado pelo líder revele aos seguidores a existência de interesses comuns pré-existentes. Pode-se argumentar que tanto a hegemonia suave quanto a liderança iniciada pelo líder são estratégias diferentes de um mesmo processo: em um primeiro momento o hegemon inicia um processo de socialização para realizar seus objetivos, mas em um

segundo momento a adoção de suas normas e valores por Estados subordinados leva a uma convergência de interesses, transformando subordinados em seguidores (DESTRADI, 2010).

A liderança iniciada pelos seguidores decorre da necessidade de um grupo de Estados menores na região de um líder que possa conduzi-los aos seus objetivos comuns. Esses Estados podem ser muito heterogêneos ou ter capacidade limitada para atingir uma finalidade coletiva, o líder seria então a forma de contornar esse problemas práticos. Duas situações poderiam estimular essa abordagem: um momento de crise ou ameaça externa aos Estados da região, e condução de “atividades cotidianas” nas relações internacionais. No primeiro caso, o líder auxiliará o grupo a responder a situação de crise ou a enfrentar a ameaça externa através da coordenação da ação coletiva, assumindo uma função diretiva que foi conferida pelos seguidores. No segundo caso, o líder é induzido pelos seguidores a desempenhar uma função gerencial, auxiliando o grupo a organizar a ação coletiva a fim de realizar seus objetivos comuns ao agrupar interesses, normas e valores previamente existentes (DESTRADI, 2010; TUCKER, 1981).

É fundamental ressaltar que as estratégias discutidas nesta seção dificilmente apresentam-se na prática de maneira ideal como elaboradas teoricamente, ou seja, uma única estratégia não é perseguida pela potência regional, o mais provável é uma combinação delas ao longo do processo de interação com os demais Estados da região. Então, ao analisar as estratégias empregadas pelas potências regionais, o principal é identificar o traço de estratégia predominante que guia a atuação do Estado (DESTRADI, 2010). Na seção seguinte será apresentada de maneira sucinta a estratégia regional empregada pela Índia ao longo da Guerra Fria com o intuito de operacionalizar os conceitos discutidos com a observação da realidade empírica.

2.4 CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES INDIANAS COM O ENTORNO REGIONAL DURANTE A GUERRA FRIA

Agora que os marcos teóricos-conceituais do trabalho foram expostos, é essencial apresentar o desenvolvimento das relações entre a República da Índia e seu entorno regional desde sua independência, a fim de compreender o atual momento dessas relações. Para isso, serão delineados os princípios norteadores da política externa indiana ao longo do tempo e as diversas fases das relações regionais - sem exaurir todas as dimensões da política externa indiana ao longo do período -, levando em consideração os condicionantes e constrangimentos internos e externos.

Após sua independência em 1947, a Índia precisou organizar-se rapidamente nos âmbitos interno e externo para atuar como Estado soberano no sistema internacional. Isso significou a formulação de uma política externa própria. Com o intuito de atingir este objetivo, a República recém independente utilizou o aparato institucional britânico pré-existente. Dessa maneira, o modelo de parlamentarismo de Westminster foi implementado com algumas variações a partir da constituição de 1950, sinalizando a influência do processo de ocidentalização vivido pela Índia a partir do jugo colonial (BAVA, 2010).

O legado colonial também expressou-se no pensamento de estrategistas indianos do período da independência, o principal deles sendo K. M. Panikkar. Ao defender a estratégia de pós-independência da Índia, Panikkar enfatizou a importância conferida ao Oceano Índico pelo Raj Britânico em torno de uma visão que favorecia interesses marítimos e além do subcontinente. Ele argumentou que a segurança da Índia só poderia ser garantida através do estabelecimento de uma hegemonia indiana sobre o Oceano Índico. Para esse fim, um conjunto de bases avançadas nos pontos de estrangulamento do Oceano Índico ou nas proximidades deveria ser estabelecido, se estendendo pela Baía de Bengala, Singapura, Ceilão (atual Sri Lanka), Ilhas Maurício e Socotra (arquipélago no Golfo de Áden). Esse sistema de bases proposto por Panikkar foi denominado Anel de Aço e caberia à Marinha Indiana a responsabilidade de protegê-lo. Devido às limitações das capacidades iniciais indianas no pós-independência, uma parceria com o Reino Unido deveria ser buscada com o objetivo de estabelecer uma esfera de influência conjunta no Oceano Índico (PANIKKAR, 1945).

No entanto, o pensamento estratégico dominante que guiou a Índia após a independência foi marcado pelas políticas nacionalistas e autonomistas do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru (VIEIRA, 2013). No âmbito interno, buscava-se o desenvolvimento da Índia por meio de uma economia voltada para dentro, uma política de industrialização e substituição das importações, participação estatal ativa e priorização da superação da pobreza. No âmbito externo, adotou-se o não-alinhamento que era pautado na não-intervenção em assuntos internos, não-agressão, cooperação internacional, solidariedade afro-asiática, e preservação de uma autonomia estratégica de ação para a Índia, rejeitando alinhamentos rígidos com quaisquer um dos blocos da Guerra Fria. Esse conjunto de políticas foi denominado atualmente como doutrina estratégica “nehruviana” e visava superar as debilidades materiais indianas, garantir um espaço autônomo de

atuação e colocá-la como uma importante liderança internacional (VIEIRA, 2013; BREWSTER, 2014; RIBEIRO, 2015).

Além desses princípios, outra questão que influenciou de maneira determinante o comportamento da Índia na esfera internacional durante o período está associada ao próprio processo de independência da Índia. A partição do Raj Britânico originou Estados incompletos e rivais entre si: Índia e Paquistão (RIBEIRO, 2015). Imediatamente após a independência, ambos países encontraram-se em guerra devido a disputas territoriais - especialmente devido ao controle da Caxemira-, violência comunal eclodiu entre as fronteiras e milhões de refugiados foram forçados a deixarem suas casas (PANIGRAHI, 2004). Ademais da guerra de 1947-1948, a rivalidade indo-paquistanesa ainda produziu mais três guerras (1965, 1971 e 1999) e diversas crises e conflitos menores ao longo de 50 anos. Dessa maneira, o pensamento estratégico de Nova Delhi esteve atrelado a uma perspectiva continental de seus interesses e desafios de segurança, principalmente representados pelo Paquistão no Sul da Ásia, priorizando assim as forças terrestres em detrimento das forças marítimas (BARUAH, 2020).

As relações da Índia com o Paquistão ao longo do período foram marcadas pela hostilidade, fomentando confrontações bélicas diretas, recriminações diplomáticas, mobilização e prontidão de suas forças armadas, tentativas de isolamento diplomático e interrupção de comércio. Isso denota uma abordagem majoritariamente hegemônica dura com traços imperiais na maneira da Índia lidar com os desafios resultantes de sua interação com o Paquistão. A intervenção política mais significativa da Índia no Paquistão durante a Guerra Fria ocorreu na Guerra de Independência de Bangladesh em 1971. Nela, a Índia apoiou com sucesso forças separatistas do então Paquistão Oriental contra o governo de Islamabad. Essa guerra assegurou ao Estado indiano a primazia na região, relegando ao seu principal rival à liderança regional uma posição secundária (RIBEIRO, 2019).

Enquanto a Índia buscou resolver eventuais controvérsias resultantes da assimetria de poder com os demais vizinhos do Sul da Ásia através do diálogo diplomático durante a liderança de Nehru a fim de criar uma ordem regional estável, a derrota militar para a China em 1962 deu lugar para uma crescente percepção de ameaças externas que colocariam em cheque a posição de liderança regional da Índia. Dessa forma, as estratégias hegemônicas mais pautadas no convencimento por meios diplomáticos e de consulta, deram lugar a uma postura mais disposta em intervir nas dinâmicas políticas dos vizinhos menores, ao mesmo tempo em que não se

abandonou a retórica de solidariedade terceiro mundista, tal postura sendo conhecida por Doutrina Indira, uma vez que foi colocada em prática durante o governo de Indira Gandhi. Isso pode ser observado no próprio apoio à independência de Bangladesh em 1971 e nas intervenções ao longo dos anos 1980 em conflitos políticos nas Ilhas Maurício, Seychelles, Maldivas e na Guerra Civil do Sri Lanka (COHEN, 2001; RIBEIRO, 2019).

Durante grande parte da Guerra Fria, a Índia usou seu capital político como uma das lideranças do movimento não-alinhado para exercer considerável influência ideológica sobre os recém independentes Estados do Oceano Índico, em um esforço para convencê-los a não fazerem alianças com poderes extrarregionais, um processo de socialização que pode ser identificado como uma estratégia hegemônica suave. Em suma, a Índia esperava que todos os Estados costeiros do Oceano Índico pudessem ficar não-alinhados, cabendo a ela um importante papel na reorganização da região. No entanto, apesar da Índia ter sido relativamente bem-sucedida em promover o não-alinhamento como ideal comum e presente na retórica de muitos Estados da região, foi menos bem-sucedida na construção de um sistema de segurança no Oceano Índico em torno da ideia (BREWSTER, 2014).

A Zona de Paz do Oceano Índico (IOZOP) foi um acordo internacional proposto que buscava efetivamente excluir as superpotências do Oceano Índico. A proposta foi motivada pela retirada da Marinha Real do Oceano Índico no início dos anos 1970 no contexto de declínio do Império Britânico e do processo de descolonização do continente africano, e tinha o intuito de impedir que os Estados Unidos e a União Soviética preenchessem o espaço de potência militar da região deixado pelos britânicos. A perspectiva não-alinhada sustentava que a presença de grandes potências em qualquer parte do mundo em desenvolvimento era inerentemente ilegítima e a principal fonte de insegurança entre os países em desenvolvimento. Segundo essa lógica, a retirada da presença militar de grandes potências de qualquer região levaria a uma maior estabilidade (BREWSTER, 2014).

A proposta da IOZOP foi formalizada em uma resolução da 26ª Assembléia Geral da ONU de dezembro de 1971 por iniciativa do Sri Lanka com apoio indiano e exigia consultas entre grandes potências e Estados litorâneos para interromper a expansão militar de potências extrarregionais no Oceano Índico e outras manifestações de rivalidade entre as grandes potências. O texto não fez nenhuma menção explícita para restringir o movimento ou presença de armas nucleares na região nem uma desmilitarização mais ampla dos Estados regionais, atendendo aos

interesses indianos de manutenção de suas prerrogativas estratégicas autônomas e de segurança nacional. Apesar da resolução 2832 da AGNU que declarou o Oceano Índico como Zona de Paz ter sido adotada de forma unânime ainda em 1971, nenhum consenso sobre a implementação da proposta foi alcançado dentro do comitê Ad Hoc das Nações Unidas estabelecido em 1972 para tratar do assunto diante da oposição aberta ou secreta das principais potências extra-regionais - Estados Unidos, Reino Unido, França e União Soviética (MISHRA, 2019; BREWSTER, 2014; AFZAL, 2017).

Muitos países costeiros, principalmente os vizinhos do Sul da Ásia, também estavam inseguros quanto à proposta. Embora a exclusão das grandes potências do Oceano Índico fosse consistente com os princípios do não-alinhamento aos quais muitos deles se inscreveram, a longo prazo também teria deixado a Índia como o estado mais poderoso da região de forma incontestada. Assim, essas nações defendiam uma desmilitarização mais geral do Oceano Índico e a declaração do Sul da Ásia como zona livre de armas nucleares³ - propostas às quais a Índia se opunha fortemente, argumentando que o Sul da Ásia não poderia ser tratado de maneira separada do restante do continente asiático (MISHRA, 2019). Nova Délhi via a proposta da IOZOP como um bastão diplomático para usar contra as superpotências e uma maneira de demonstrar papel de liderança regional. Contudo, a Índia se viu em grande parte impotente para alterar o equilíbrio militar no Oceano Índico e, no final da década de 1970, ficou claro que a Índia não seria capaz de alcançar seus objetivos de excluir Estados Unidos e União Soviética da ROI. A proposta foi mantida viva mesmo assim como um meio de alavancagem contra as grandes potências (BREWSTER, 2014).

O fim da Guerra Fria forçou a Índia a reexaminar a viabilidade do não-alinhamento na orientação de sua postura estratégica. A ideia pareceu perder a razão de ser com o colapso da União Soviética e a emergência de uma ordem unipolar comandada pelos EUA, então os líderes da Índia foram forçados a definir um novo conjunto de metas estratégicas com base em uma visão mais pragmática do mundo. Ao final dos anos 90, a reestruturação do pensamento estratégico indiano havia se assentado numa aproximação com os Estados Unidos, na construção de parcerias estratégicas com potências regionais, diálogo intenso com países considerados chaves, mesmo sendo rivais, priorização do desenvolvimento econômico e doutrina de dissuasão

³ Proposta levada pelo Paquistão na 29ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974 (MISHRA, 2019).

nuclear mínima (RIBEIRO, 2015). Quanto a este último eixo, a autodeclaração da Índia como potência nuclear, feita através dos testes nucleares de Pokhran II em 1998, também deu à Índia um novo status internacional e levou a uma transformação de seu relacionamento com os Estados Unidos. Depois de Pokhran II, a autopercepção da Índia como uma grande potência emergente armada com armas nucleares permitiu negociar com outras potências sem o senso de defesa que permeava os relacionamentos anteriores (BREWSTER, 2014).

Outra reorientação realizada pela Índia ao final da Guerra Fria ocorreu no campo econômico. O modelo de crescimento baseado em uma economia fechada que visava alcançar a autossuficiência foi gradualmente modificado para um modelo de liberalização econômica, reintegrando o país à economia mundial através de uma abertura controlada. Ao mesmo tempo que as transformações possibilitaram um ritmo de crescimento mais acelerado do que no período anterior⁴, permitindo a ascensão da Índia como uma das principais economias do mundo, desafios antigos e novos manifestaram-se: necessidade de geração de empregos para incorporação de mão de obra, gargalos energéticos e de infraestrutura, e desigualdades regionais e setoriais (HAFFNER; SAUTER, 2020).

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

A partir das considerações deste capítulo, pôde-se observar a importância da conceituação de potências regionais e suas estratégias em um ambiente cada vez mais relevante de regionalização das relações internacionais. Assim, a definição conceitual explorada servirá de grande apoio na compreensão das análises realizadas nas sessões seguintes. Também foi explorado de maneira sucinta no capítulo a política externa indiana para o Oceano Índico durante a Guerra Fria. A percepção indiana de sua importância para o ordenamento regional sempre esteve presente, contudo, suas capacidades materiais e constrangimentos internos e externos impediram a realização de sua ambição e o afastamento de potências extrarregionais como forças determinantes dos rumos regionais. Ademais, a rivalidade da Índia com o Paquistão tomou as atenções dos líderes indianos por boa parte do período, impedindo uma projeção mais ampla. Pode-se observar o emprego de uma estratégia hegemônica por parte da Índia ao longo do

⁴ O PIB per capita indiano passou de uma média de crescimento de 1,86% a.a. entre 1950-1992 para 4,15% a.a. entre 1993-2001 (KAR; SEN, 2016)

período, sendo uma abordagem dura em relação ao Paquistão com aspectos imperiais e a evolução de uma abordagem cooperativa suave na esteira do não-alinhamento para uma postura dura com os demais vizinhos sul asiáticos. O final da Guerra Fria, reorientações de política externa e reestruturações internas mudaram este cenário de restrição dos objetivos indianos. Isso será tratado com maior afinco nas próximas seções.

3 ATUAÇÃO NO OCEANO ÍNDICO E INICIATIVAS MULTILATERAIS

Este capítulo partirá para o escopo principal do trabalho, isto é, a análise da atuação da República Índia no Oceano Índico. A ênfase se dará na compreensão da situação atual das relações da Índia com os demais países da região e a identificação de uma tendência geral da política indiana. Para manter a consistência da análise, os marcos teóricos definidos no capítulo anterior ajudarão a orientar as discussões trazidas nesta seção e a enquadrar as decisões indianas dentro de uma lógica organizada.

Devido a diversidade de atores da região e a complexidade das dinâmicas no Oceano Índico, esta seção irá dividir a análise em uma abordagem mais geral da região como um todo e em sub-regiões específicas. Isso tem por objetivo dar a devida atenção aos condicionantes mais predominantes de cada sub-região, e marcar as diferenças e semelhanças presentes na atuação da Índia dentro do Oceano Índico. Assim, temas como segurança, comércio, cooperação tecnológica e técnica, energia e infraestrutura poderão ser contemplados de maneira adequada, observando-se os eixos sub-regionais onde estão inseridos. As sub-regiões estarão divididas entre: Sul da Ásia, Sudeste Asiático e Austrália, Ásia Ocidental, e África Oriental e Austral.

É importante ressaltar que aspectos relacionados ao mar correspondem a maior parte dos assuntos tratados conjuntamente pelos países da região, como transporte marítimo e exercícios navais. No entanto, aspectos relacionados à infraestrutura terrestre, cooperação técnica, investimentos e parcerias de defesa não relacionadas à força naval estão presentes em um diálogo mais amplo em menor grau, e são bem perceptíveis ao tratarmos cada sub-região separadamente.

Ao final do capítulo, espera-se identificar os fundamentos que regem a política externa indiana para o Oceano Índico e determinar como as estratégias adotadas por Nova Delhi na interação com os demais Estados da região relacionam-se com os tipos ideais de estratégias de potências regionais.

3.1 AS TENTATIVAS DE UM ARRANJO MULTILATERAL PARA O OCEANO ÍNDICO

Após a Guerra Fria, a Índia buscou uma nova estratégia de inserção soberana internacional a fim de superar seus desafios internos e externos, mantendo seu princípio de autonomia estratégica. A região do Oceano Índico (ROI) representou então um espaço de oportunidades para

essa nova inserção. O incremento da importância dela se deu no contexto de deslocamento de um pensamento estratégico continental para um marítimo dentro da Índia, contexto este fruto do aumento dos fluxos comerciais indianos na região desde a reintegração da economia indiana à global nos anos 80 e 90, e a percepção de que a ROI oferece a possibilidade de discutir assuntos de segurança nacional sem antagonizar as nações vizinhas e desvinculando-se do Paquistão nos debates de segurança internacional (BARUAH, 2020; RIBEIRO, 2015).

A ascensão do Oceano Índico na lista de prioridades da política externa indiana pode ser percebida num conjunto de declarações e atitudes de suas autoridades políticas ao longo das duas últimas décadas. Ambos os ex-primeiro ministros Atal Bihari Vajpayee e Manmohan Singh declararam, respectivamente em 2003 e 2004, que o espaço de interesse estratégico da Índia estendia-se aproximadamente do Chifre da África e Golfo Pérsico até o Estreito de Malaca e o Sudeste Asiático (REHMAN, 2013). Em 2016, o Ministério de Relações Exteriores da Índia passou por uma reestruturação ao criar a divisão da Região do Oceano Índico com o intuito de melhor lidar com as nações insulares de Maldivas, Ilhas Maurício, Seychelles e Sri Lanka na coordenação de iniciativas voltadas para o domínio marítimo (BARUAH, 2020). Além disso, existe uma preocupação especial por parte de Nova Delhi para que a Índia tenha seu papel de liderança na ROI reconhecida tanto por Estados da região quanto por potências extrarregionais (TANHAM, 1992).

Em 2015, o primeiro ministro Narendra Modi compartilhou sua visão para a ROI por meio da ideia de *Security and Growth for All in the Region* (SAGAR), estabelecendo os pilares para a atuação indiana na região. A visão estava estruturada em cinco pontos: (i) colocação das capacidades indianas, especialmente da Marinha Indiana, a disposição dos países da região para provisão de bens comuns como manutenção da estabilidade e segurança regional, e assistência humanitária; (ii) aprofundamento da cooperação securitária e econômica com Estados costeiros e insulares da região a fim de desenvolver suas capacidades próprias; (iii) ação coletiva e agrupamentos regionais são fundamentais para avançar a cooperação marítima e melhor responder desafios comuns; (iv) maior colaboração para o desenvolvimento sustentável da economia azul (atividades econômicas ligadas ao mar) na região; (v) engajamento intenso com Estados extrarregionais com o intuito de reconhecer interesses legítimos existentes na região, resolver controvérsias marítimas de forma pacífica e construir um ambiente de confiança e transparência (INDIA, 2015). Através dessa linha de ações, a Índia busca avançar na construção

de um espaço regional com valores e objetivos comuns, estando ela própria na posição de liderança. Ao enquadrar dentro do quadro teórico proposto pelo trabalho, essa atitude assemelha-se a uma estratégia hegemônica suave que visa coadunar os interesses indianos como interesses comuns dos países da região.

Entre os instrumentos utilizados por Nova Delhi na construção de valores e objetivos comuns dentro da região do Oceano Índico está a *Indian Ocean Rim Association (IORA)*⁵, criada em 1997 por iniciativa indiana e sul africana como forma de institucionalizar o debate a respeito de questões ligadas ao mar na região. Embora a associação tenha tido um papel marginal em promover a cooperação entre os Estados marítimos da ROI durante seus anos iniciais, a IORA passa por um processo de revitalização desde 2012 quando a organização incluiu segurança marítima entre seus temas de interesse, na esteira das discussões sobre liberdade de navegação e códigos de conduta militares devido às tensões no Mar do Sul da China (RIBEIRO, 2019).

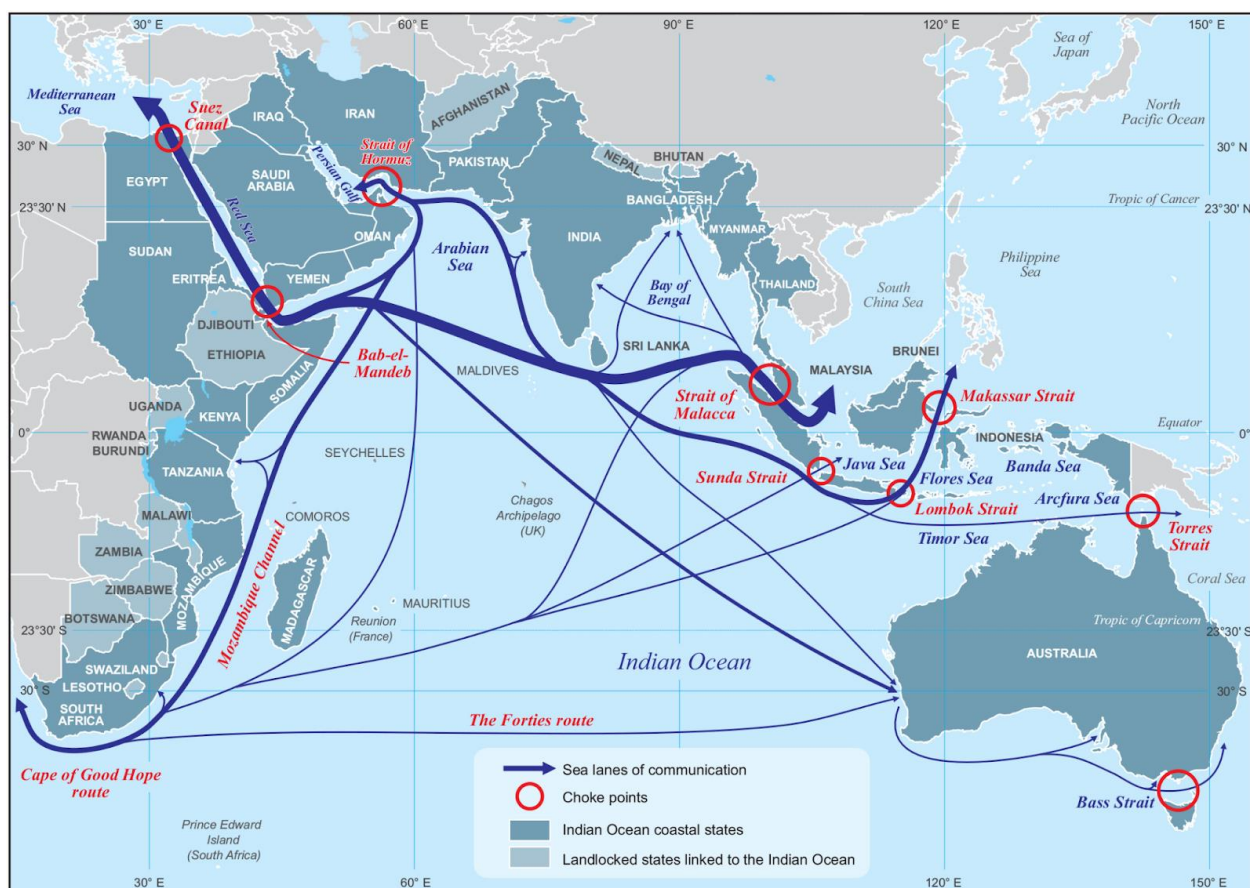
Em 2014, a Declaração Econômica da IORA foi adotada, tratando de economia azul: desenvolvimento de infraestrutura portuária, pesca, energia renovável, exploração mineral marítima e turismo costeiro. Já em 2017, a primeira Cúpula da IORA foi realizada e teve como resultado o Acordo de Jakarta, que destaca de forma ainda mais incisiva o desenvolvimento da economia azul entre os membros com a proteção e manejo sustentável do meio ambiente marítimo, ressaltando a necessidade de estudos ambientais de impacto e iniciativas de recuperação dos ecossistemas. Ademais, o acordo evidencia a importância da promoção da participação das mulheres e da juventude para o desenvolvimento sustentável e equitativo da economia azul no Oceano Índico. Por fim, o Acordo de Jakarta trata sobre a transferência de tecnologias e construção de capacidades entre Estados membros, em colaboração com os parceiros de diálogo, com o objetivo de promover oportunidades de desenvolvimento econômico para todos na região (KHURANA, 2018; IORA, 2017).

Dentro da estratégia de inserção no Oceano Índico, a Marinha Indiana cumpre um papel fundamental. Ela mantém uma visão global e estratégica, em parte herdada da tradição naval

⁵ A IORA é composta no momento por 23 Estados membros: África do Sul, Austrália, Bangladesh, Comoros, Emirados Árabes Unidos, França, Índia, Indonésia, Irã, Madagascar, Malásia, Maldivas, Ilhas Maurício, Moçambique, Omã, Quênia, Seychelles, Singapura, Somália, Sri Lanka, Tanzânia, Tailândia e Yemen. Além de 10 parceiros de diálogo: Alemanha, China, Coreia do Sul, Egito, Estados Unidos da América, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Turquia.

britânica, que lhe incentivou a busca pelo desenvolvimento de parcerias com demais atores da região, formando uma rede de cooperação em defesa e segurança. Essa atitude da marinha contrasta com outras áreas do arcabouço securitário indiano, visto que são mais comedidas em firmar parcerias muito abrangentes. Os arranjos estabelecidos objetivam assegurar uma projeção de poder à Índia, ao mesmo tempo em que limitam a atuação de potências extrarregionais, em especial a China. Por meio dessas parcerias, a Marinha Indiana tenta se colocar como provedora de bens públicos para a região, demonstrando eficiência em alívio de desastres e ajuda humanitária, combate a pirataria e pesquisa hidrográfica (BREWSTER, 2014; MISHRA, 2020).

Figura 1 - Linhas de Marítimas de Comunicação do Oceano Índico



Fonte: Denis Venter (2017)

À medida que cresce a importância dos mares para a sustentação do desenvolvimento indiano, a segurança das linhas marítimas de comunicação (LMC) que abastecem esse desenvolvimento torna-se primordial (KAPUR, 2019). Dessa forma, a Estratégia de Segurança

Marítima Indiana elaborada pela Marinha Indiana em 2015 determinou a proteção das LMC como interesse prioritário de sua atuação. O documento também concebe a Índia como provedora de segurança em rede dentro do Oceano Índico, isso abarca o auxílio aos demais Estados em operações de assistência humanitária e alívio em desastres naturais, aprofundamento de laços securitários com nações amigas, fomento a iniciativas diplomáticas multilaterais e criação de redes conjuntas de informações (IN, 2015).

Dentre os instrumentos pelos quais a Marinha Indiana busca exercer influência na região, insere-se o Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS), criado em 2008 por iniciativa indiana. O IONS é um encontro bienal entre as marinhas dos Estados litorâneos do Oceano Índico que visa promover cooperação marítima entre os países e oferecer um fluxo de informações relevantes para uma conduta segura e previsível de atividades no mar (THOMAS, 2019). Seu caráter inclusivo e escopo amplo de questões ligadas ao mar ajuda na construção de confiança entre as nações participantes e aumento da transparência. Atualmente, a iniciativa é composta por 24 países membros, contando ainda com 8 observadores⁶, e é organizada por meio de seminários bienais, oficinas preparatórias que antecedem os seminários e competições de dissertações por integrantes das marinhas dos Estados membros.

O principal fruto da cooperação entre os integrantes do simpósio foi a redação de diretrizes a respeito da condução de ajudas humanitárias e alívio de desastres. As Orientações para Assistência Humanitária e Alívio de Desastres (*Guidelines for HADR*) formam um guia compreensível para a realização de operações do tipo no Índico.

Elas têm por objetivo aumentar a eficácia e a prontidão das respostas coletivas em mitigar os efeitos ocasionados por desastres naturais. Os princípios que regem a assistência humanitária e alívio de desastres entre os membros do IONS são os de objetividade, unidade de esforço, segurança, restrição, legitimidade, responsividade, simplicidade, flexibilidade, neutralidade e suposição (IONS, 2017; MISHRA, 2020). Por mais que esteja interessado em pautar a conduta das marinhas, o conjunto de orientações não exclui a participação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades civis, órgãos administrativos ou até mesmo outros ramos das forças armadas, na verdade, a atuação simultânea é incentivada dentro do princípio de unidade de

⁶ Integrantes do IONS: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, França, Índia, Indonésia, Irã, Malásia, Maldivas, Ilhas Maurício, Moçambique, Myanmar, Omã, Paquistão, Quênia, Reino Unido, Seychelles, Singapura, Sri Lanka, Tanzânia, Tailândia e Timor Leste.

esforço. Importante destacar também que a participação das marinhas de Estados membros apenas tomará lugar se a nação afetada requerer assistência (IONS, 2017).

Durante a celebração da décima edição do IONS em Cochim, sudoeste da Índia, os anfitriões indianos organizaram o seminário em torno do conceito de SAGAR. Isso reforça o potencial do IONS dentro da estratégia indiana para a região e demonstra a vontade da Índia de consolidar sua posição de liderança, sendo o principal provedor de segurança na região e defensor de interesses comuns. Contudo, a construção de uma visão compartilhada para a região e institucionalização de arranjos mais amplos dependerá da vontade política de avançar políticas regionais e lidar de forma eficiente com as distintas dinâmicas de segurança locais (DAS, 2018; KUMAR 2013; RIBEIRO, 2019).

3.2 SUL DA ÁSIA: PREPONDERÂNCIA DA ÍNDIA COMO REGULADORA DAS DINÂMICAS SUL ASIÁTICAS E RIVALIDADE INDO-PAQUISTANESA

O Sul da Ásia é onde está localizado o subcontinente indiano e, por consequência, a área imediata de interesse da política externa indiana. A Índia é sem dúvida o poder predominante no sul da Ásia. É de longe o estado mais populoso do sul da Ásia, com sua população compreendendo aproximadamente 75% da região; tem a maior economia, o PIB indiano corresponde a 79% da economia da região; é o país com maior área, a área da Índia representa 73% do sul da Ásia; e possui o maior e mais capaz efetivo militar da região, totalizando 83% do gasto militar regional⁷. A posição central da Índia no subcontinente e a configuração de fronteiras sul asiática acarreta em uma situação *sui generis* na qual nenhum dos Estados ao redor da Índia fazem fronteira entre si, aumentando a centralidade indiana na condução de diálogos regionais (DESTRADI, 2012).

De acordo com Destradi (2012), o principal objetivo de política externa da Índia para o Sul da Ásia é a estabilidade regional. Evitar que instabilidades geradas em seus vizinhos prejudiquem seu próprio desenvolvimento é crucial. Como as fronteiras entre os países da região são porosas, a Índia está suscetível a externalidades de segurança negativas vindas do restante do Sul da Ásia, que incluem atividades transnacionais de grupos insurgentes, terrorismo, fluxo de

⁷ Para essa comparação estão sendo considerados como integrantes do Sul da Ásia: Índia, Paquistão, Bagladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão e Maldivas.

refugiados e migrantes. Assim, a mitigação de efeitos de transbordamento encontra-se entre as prioridades indianas. Outros objetivos dentro da região são: avanço do processo de integração econômica, aumentando a conectividade entre os Estados e criando um ambiente de prosperidade coletiva; promoção da democracia como fator de estabilização política, mas por meio de encorajamento e não imposição; e limitação da influência de atores externos, preservando a liderança regional indiana (DESTRADI, 2012).

Assim, a pauta de segurança representa a preocupação principal dentro do Sul da Ásia, sendo a rivalidade indo-paquistanesa a maior fonte de tensões, ao mesmo tempo que regula outros conflitos regionais devido a dinâmicas de interação dos demais Estados com a Índia e com o Paquistão. Insurgências domésticas, como a insurgência naxalita e a insurgência no nordeste da Índia, e atividades de grupos terroristas também causam grandes desafios de segurança, uma vez que eles atuam de forma transfronteiriça e o apoio encoberto a esse grupos é uma ferramenta de política externa utilizada pelos Estados da região (CEPIK, 2010).

Outra característica marcante do Sul da Ásia é o baixo nível de institucionalização e integração regional. A Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC) atua como um agrupamento regional que engloba todas as nações sul asiáticas. Porém, desde a sua criação em 1985, o bloco tem sido prejudicado pela rivalidade indo-paquistanesa e pela ausência de questões securitárias entre os temas debatidos em seu escopo. Isso decorre do temor indiano de que a organização possa ser utilizada pelos seus vizinhos para formação de uma coalizão contrária aos interesses de Nova Delhi (RIBEIRO, 2019). Como resultado, a dinâmica de segurança regional é definida principalmente pelo relacionamento de cada país com a Índia (BREWSTER, 2014).

A SAARC não tem conseguido atingir seu objetivo de integração econômica em função dos reveses provenientes da disputa entre Índia e Paquistão, assimetria econômica indiana diante de seus vizinhos, barreiras não tarifárias, problemas com acordos de direito de trânsito e infraestrutura terrestre precária entre os países (TANEJA; PRAKASH, KALITA, 2013). O comércio da Índia com os Estados do Sul da Ásia representa apenas 6,5% das exportações indianas e 0,8% de suas importações. Isso é resultado do maior nível de complementaridade da Índia com a SAARC, em torno de 58%, em comparação do SAARC com a Índia, em torno de 13% (CHATURVEDI; HUSSAIN; NAG, 2017). Entretanto, a Índia concebe integração econômica como uma ferramenta para promover a estabilidade política e a cooperação regional, diminuindo a conflitividade de suas relações com seus vizinhos.

Ao longo dos anos 90, a Índia procurou reestruturar suas relações com os vizinhos sul asiáticos. A postura mais intervencionista e assertiva da Doutrina Insira foi substituída por um conjunto de políticas cooperativas que visavam acabar com as desconfianças mútuas existentes e promover a estabilização de crises políticas e securitárias. Assim, foi elaborada a Doutrina Gujral, a qual consistia em promover relações amigáveis entre os Estados e o desenvolvimento conjunto acelerado da região através do efeito spill over do crescimento indiano (RIBEIRO, 2015). Os princípios que guiavam a doutrina eram os seguintes: (i) a Índia não esperaria reciprocidade de seus vizinhos menores e fazia concessões quando possível como atos de boa fé e confiança; (ii) não-interferência em assuntos internos; (iii) respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; (iv) resolução pacífica de disputas por meio de negociações bilaterais; (v) não permitir que seu território seja utilizado contra os interesses de outro país da região (MURTHY, 1999). Assim, estratégias hegemônicas intermediárias e suaves passaram a ser adotadas no relacionamento com os vizinhos do Sul da Ásia.

Como consequência desse processo, Índia e Paquistão engajaram em um intenso diálogo diplomático a fim de resolver de maneira pacífica suas disputas. Na esteira das tensões provenientes da nuclearização de ambos os países em 1998, encontros entre representantes dos dois lados foram organizados a fim de evitar uma confrontação. Dessa forma, a Declaração de Lahore de 1999 estabeleceu as bases pelas quais as negociações bilaterais de contenciosos dariam-se. Contudo, a eclosão da Guerra de Kargil ainda em 1999 representou um golpe no processo de diálogo, mesmo que não tenha sido interrompido. Atentados contra o parlamento indiano em 2001 provocaram a mobilização de 500 mil soldados indianos ao longo da fronteira com o Paquistão, uma postura de coerção por parte da Índia. Novos atentados em Mumbai em 2008 colocaram fim a qualquer diálogo organizado e sistematizado entre os dois países. Desde então a Índia tem adotado uma postura dura em relação ao Paquistão, incluindo a exposição internacional das ligações de Islamabad com grupos responsáveis por atos terroristas no território indiano, a tentativa de isolar o governo paquistanês diplomaticamente, como exemplo a interrupção das cúpulas da SAARC desde 2016, e o uso limitado de ataques cirúrgicos ao longo da fronteira entre os países contra alvos terroristas, violando a soberania paquistanesa em algumas instâncias (GANGULY, 2016; RIBEIRO, 2019; COHEN, 2013; CHADHA, 2018; CHAULIA, 2019).

Por muitos anos, Bangladesh se engajou em um equilíbrio limitado com seu grande vizinho a fim de manter sua relevância para os cálculos políticos de Nova Delhi, isso inclui o uso da China como principal fornecedor de equipamentos de defesa, treinamento para suas forças armadas e, atualmente, destino de investimentos de infraestrutura chineses. Mas enquanto Bangladesh tenta manter algumas opções em aberto, ela reconhece a importância em não ameaçar os interesses regionais da Índia (BREWSTER, 2014). O relacionamento entre Índia e Bangladesh é amplamente focado em seus 4.000 km de fronteira terrestre, as quais são marcadas pela presença de inúmeros enclaves. Existem inúmeras questões relacionadas à segurança ao longo desta fronteira, incluindo imigração não controlada, contrabando, disputas pelo uso da água, demarcação de fronteiras, direitos de trânsito e atividades de grupos insurgentes transfronteiriços. A insegurança gerada pelas indeterminações ao longo da fronteira provocaram episódios de violência entre 2001 e 2006, acarretando na mobilização das forças de segurança dos dois lados (BHARDWAJ, 2015).

Como forma de contornar os problemas de segurança, a Índia ofereceu uma série de concessões econômicas unilaterais diretas e indiretas para Bangladesh, reduzindo barreiras não tarifárias e aumentando as possibilidades de investimento bangladense na Índia. Também foi firmado um acordo em 2012 para o fornecimento de 250 MW de energia elétrica pela Índia. Além disso, a colaboração em compartilhamento de inteligência foi ampliada no período, sendo decisiva inclusive para o descobrimento de planos de um golpe de Estado contra o governo de Bangladesh em 2012 (CHAKMA, 2015). Uma visita do então primeiro ministro Manmohan Singh em 2011 deu encaminhamento a resolução das disputas fronteiriças. A partir do mapeamento do grupo de trabalho sobre fronteiras, designado em 2000 para tratar de forma técnica a questão, o Acordo de Disputa de Fronteira Terrestre foi assinado. Nele, ambos comprometeram-se a trocar enclaves e demarcar uma nova fronteira (BHARDWAJ, 2015).

Nas últimas décadas, o relacionamento Índia-Sri Lanka foi dominado pela guerra civil do Sri Lanka e suas consequências. Enquanto a postura de hegemonia dura com traços imperiais aplicada pela Índia ao final dos anos 80 mostrou-se infrutífera na realização de seus objetivos de trazer um desfecho ao conflito, uma reformulação da política externa indiana para os seus vizinhos menores, favorecendo o estreitamento das relações econômicas para dirimir os riscos de instabilidade na região, foi aplicada no período seguinte.

A Índia adotou oficialmente uma postura não intervencionista e ao mesmo tempo simpatizante com a luta do governo do Sri Lanka, oferecendo treinamento para as forças armadas e equipamentos militares (DESTRADI, 2012). A principal preocupação de Nova Délhi agora passou a ser combater a presença desestabilizadora da insurgência dos Tigres de Liberação do Tamil Eelam no Sri Lanka e nos arredores, incluindo suas conexões com os insurgentes domésticos da Índia. O foco da política da Índia no Sri Lanka também mudou da intervenção política para o engajamento econômico como a ferramenta mais eficaz para influenciar seu vizinho. Seguindo essa direção, a Índia aprovou um Acordo de Livre Comércio que concedeu consideráveis concessões tarifárias ao Sri Lanka, o que levou a um crescimento considerável no comércio e nos investimentos. Em 2007/2008, o Sri Lanka se tornou o maior parceiro comercial da Índia no sul da Ásia e a Índia tornou-se o segundo maior investidor no Sri Lanka (BREWSTER, 2014).

3.3 ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL: DA SOLIDARIEDADE TERCEIRO MUNDISTA À CONSTRUÇÃO DE LAÇOS ECONÔMICOS E SECURITÁRIOS

Historicamente, o relacionamento da Índia com os países africanos esteve pautado na luta anticolonial e solidariedade terceiro mundista, articulando-se em fóruns multilaterais e dentro do movimento dos não-alinhados. No momento atual, os interesses estratégicos da Índia na África continental evoluíram para uma esfera econômica: investimentos em fontes confiáveis de energia e outros recursos e obter acesso a um enorme mercado em potencial para produtos indianos. Uma agenda securitária também vem se desenvolvendo, sendo a segurança das linhas marítimas ao longo da costa oriental de profundo interesse. A Índia também vê a expansão de seu papel na África como uma parte importante da melhoria de seu status global, incluindo angariar apoio para as reivindicações da Índia por um assento permanente no CSNU, reestruturar a arquitetura comercial e financeira global e tornar o processo de globalização mais inclusivo. Durante décadas, a Índia assumiu um grande compromisso com as operações de manutenção da paz da ONU na África como uma forma de promover seu status internacional e mostrar seu compromisso com as Nações Unidas (TAYLOR, 2010).

O principal foco estratégico da Índia na África está no leste e no sul do continente, como parte de suas ambições mais amplas na ROI. Os principais objetivos de segurança da Índia a esse

respeito incluem a promoção de uma parceria com a África do Sul, desenvolver o papel da Índia como provedor de segurança marítima na África Oriental e impedir o estabelecimento de uma presença securitária chinesa na região (BREWSTER, 2014). O interesse da Índia na África Oriental e Austral também reflete seus laços históricos com as ex-colônias britânicas e as grandes comunidades de origem indiana que datam dos tempos coloniais. A Índia deu especial atenção à África do Sul como seu principal parceiro estratégico na África e um parceiro de segurança potencialmente importante no Oceano Índico. A África do Sul é vista como uma porta de entrada chave para a inserção econômica e securitária indiana no continente e sua localização a torna ponto de conexão entre os oceanos Índico e Atlântico (TAYLOR, 2010; BREWSTER, 2014).

Ao longo dos anos 2000, Nova Delhi tem tentado aumentar seu perfil de segurança na África Oriental como parte de uma função ampliada no Oceano Índico. A Índia, em confluência com uma estratégia hegemônica intermediária, tem acordos de cooperação e programas de treinamento por meio dos quais fornece ajuda de defesa limitada ao Quênia e à Tanzânia, mas até agora não teve muito sucesso em se posicionar como provedor de segurança marítima em suas águas. A Índia há muito mantém um relacionamento cordial com a Tanzânia. Mas o Quênia, o estado com maiores capacidades da África Oriental, tem sido historicamente alinhado com os Estados Unidos e suas relações com a Índia às vezes têm sido mais frias (BREWSTER, 2014).

A Índia teve sucesso em se posicionar como um provedora de segurança marítima para Moçambique, ajudando a patrulhar o Canal de Moçambique contra o terrorismo marítimo e a pirataria. Isto representa uma oportunidade para a Índia provar as suas credenciais como um provedor benigno de segurança marítima na África Oriental e construir uma presença naval regular no Canal de Moçambique a convite dos Estados da região. A Marinha da Índia auxiliou a fornecer segurança marítima para a cúpula da União Africana em 2003 e novamente em 2004, quando Maputo acolheu o Fórum Económico Mundial. Dentro da cooperação em segurança, vários acordos foram assinados, visando cooperação em defesa para patrulhas marítimas conjuntas no Canal de Moçambique, treinamento, fornecimento de equipamento e serviços de defesa e a reabilitação de infraestrutura militar (BREWSTER, 2014). Ademais, a Marinha Indiana já prestou assistência em alívios de desastres para Moçambique, fortalecendo seu papel como respondente em casos de desastres naturais (BARUAH, 2020).

A Índia há muito considera a África do Sul como um potencial parceiro de segurança chave na África Subsaariana, uma visão que contribuiu para sua luta pelo fim do sistema de

apartheid racial. Uma parceria com a África do Sul pode trazer vários benefícios: ajudar a expandir a influência econômica e estratégica da Índia na África continental, auxiliar em discussões pertinentes ao Sul Global em questões mundiais e apoiar o papel de liderança da Índia no Oceano Índico - como pode ser observado na parceria entre os países para criação da IORA (TAYLOR, 2010; BREWSTER, 2014).

Apesar de avanços no relacionamento bilateral, especialmente no âmbito econômico e diplomático, a parceria em segurança ainda permanece relativamente aquém do potencial. Isso se deve ao foco continental dado pela África do Sul no âmbito securitário, o que também foi marca característica da política de defesa da Índia historicamente (RIBEIRO, 2019). No entanto, desde 2008, Índia, África do Sul e Brasil realizam exercícios marítimos conjuntos bianuais por meio do IBASMAR, desdobramento do relacionamento existente no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) (BREWSTER, 2014).

Atualmente, a principal iniciativa indiana para o continente africano é o desenvolvimento do Corredor de Crescimento Ásia-África (*Asia-Africa Growth Corridor*, AAGC) em conjunto com o Japão como forma de contrabalancear a *Belt and Road* chinesa, apresentando-se como uma alternativa geopolítica. O projeto alia a capacidade de investimentos japonesa às ambições de política externa da Índia no Oceano Índico, buscando suprir as limitações de investimento indianas em comparação com as da China (RIBEIRO, 2019). Aproximadamente, metade do investimento externo indiano é destinado aos mercados emergentes da Ásia e da África em áreas como exploração de recursos naturais, farmacêuticos, tecnologia da informação e automotivos (PRADHAN, 2017). Na Cúpula do Fórum Índia-África de 2015, espaço utilizado para concertação de esforços entre a Índia e todos os 54 Estados africanos, a Índia estendeu uma linha de crédito de US\$ 10 bilhões e US\$ 600 milhões em subsídios. Já o Japão, empenhou US\$ 30 bilhões no último plano quinquenal de assistência para a África, sendo metade em ajuda econômica (PRAKASH, 2018).

3.4 SUDESTE ASIÁTICO: ACT EAST POLICY

Os anos 90 marcou um reavivamento do comércio da Índia com o restante da Ásia, com o Leste e Sudeste Asiático em especial. As economias do Sudeste Asiático despontaram como engrenagens essenciais na estratégia de crescimento liderado pela exportação adotada após as

reformas de liberalização econômica (CHAKRABORTY; CHAKRABORTY, 2018; ROY, 2012). Essa abordagem foi cristalizada com o desenvolvimento da *Look East Policy* (LEP) que impulsionou a elevação da Índia como Parceira de Diálogo Setorial da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) - envolvendo comércio, investimento, turismo e ciência e tecnologia - ainda em 1992 (CHAKRABORTY; CHAKRABORTY, 2018). Ao longo dos anos 2000, outros acordos de cooperação e parceria econômica foram assinados com os países da região, podendo salientar o Acordo de Livre Comércio Índia-ASEAN de 2010. Além das considerações econômicas, a Índia possui três interesses securitários no Sudeste Asiático. Conforme Pardesi (2015), estes interesses são: manter a estabilidade regional, garantir a segurança do Estreito de Malacca, e assegurar a liberdade de navegação no Mar do Sul da China.

Na esteira do sucesso da *Look East Policy* em aprofundar as relações da Índia com os países do Leste e Sudeste Asiático, o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi lançou a *Act East Policy* (AEP) em 2014. Esta iniciativa tem o intuito de intensificar os laços estabelecidos pela LEP por meio de ações mais assertivas na região, expandido a cooperação econômica para a esfera securitária.

Durante a negociação da Área de Livre Comércio Índia-ASEAN, os formuladores de política indianos tiveram que se concentrar nas implicações potenciais das importações da ASEAN em vários setores sensíveis, como pesca, plantações, oleaginosas, automóveis etc. A Índia esperava compensar os potenciais efeitos adversos das importações no setor doméstico através do aumento das exportações para a ASEAN, por um lado, e aprofundar a participação nas redes internacionais de produção asiáticas com as importações de peças e componentes da ASEAN, por outro (CHAKRABORTY, 2014). Isso, por sua vez, ajudaria grandes empresas de manufatura indianas a aumentar sua competitividade no mercado global. Por outro lado, pequenas e microempresas indianas estrategicamente localizadas poderiam incrementalmente se juntar às redes de produção da ASEAN como fornecedores, provando sua eficiência em termos de parâmetros de preço e qualidade (CHAKRABORTY; CHAKRABORTY, 2018).

O crescente vínculo com os países do leste e do sudeste asiático e do Pacífico é mutuamente benéfico para a Índia e seus parceiros. Na frente econômica, os benefícios são derivados de três frentes. Primeiro, a integração da Índia com a rede de produção asiática está em ascensão, o que é um passo crucial para aumentar a competitividade do setor manufatureiro

doméstico. O sucesso de iniciativas recentes como *Make in India*⁸ é fundamental neste contexto. Segundo, existe um escopo considerável para aumentar a exportação de serviços essenciais para o Leste Asiático, dadas as vantagens comerciais indianas existentes. Finalmente, é provável que os ingressos de investimentos do Japão, Coreia do Sul e Austrália tragam tecnologia moderna, criando assim um efeito de difusão tecnológica e, conseqüentemente, melhorando o desempenho da indústria (CHAKRABORTY; CHAKRABORTY, 2018).

No campo da segurança marítima, a Índia emprega uma estratégia hegemônica suave com princípios de liderança ao aprofundar sua cooperação com Estados considerados chaves na manutenção do equilíbrio asiático e na garantia da realização dos objetivos indianos de proteção das LMC. Assim, Vietnã e Singapura assumiram uma posição de destaque na política de segurança marítima de Nova Delhi (PARDESI, 2015; BARUAH, 2020). Em relação ao primeiro, a Marinha Indiana possui direitos de ancoragem no porto de Nha Trang, colocando a força naval indiana como um dos stakeholders da região e legitimando seus interesses locais conforme Pardesi (2015). Tanto Vietnã quanto Singapura realizam exercícios navais com a Índia e são beneficiários de compras de equipamentos de defesa marítimos, inclusive por meio de financiamento e transferências de tecnologia (SINGH, 2018). Nova Délhi, sob o governo Modi, está de olho nas exportações de defesa sob a égide da campanha *Make in India*. Segundo Chakraborty e Chakraborty (2018), isso está impulsionando a implantação operacional da Marinha Indiana e expandindo seu alcance além da costa, afetando firmemente o interesse da Índia no Sudeste e no Leste da Ásia. Portanto, a AEP está engajando ativamente Nova Délhi no contexto de crescimento dinâmico das regiões do Leste e Sudeste Asiático, além de dar um impulso de crescimento ao setor manufatureiro doméstico.

3.5 ÁSIA OCIDENTAL: MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA DO CORREDOR ENERGÉTICO

Os interesses da Índia em relação à Ásia Ocidental estão pautados no fluxo de petróleo proveniente da região. O corredor energético formado por esse fluxo é importante para a

⁸ Segundo Ribeiro (2019), o programa *Make in India* representa a tentativa de redirecionar o motor de crescimento dos serviços para a indústria e trazer a Índia de fato para uma economia digital, utilizando o setor de defesa como uma ferramenta chave nesse processo.

estratégia de crescimento indiano, permitindo a manutenção de suas elevadas taxas de crescimento. Dessa maneira, a Índia tem buscado uma postura intermediária para estabelecer parcerias duradouras com os países do golfo a fim de obter segurança em seu abastecimento de energia. Desde o final da Guerra Fria, vários desenvolvimentos ajudaram a Índia a aumentar sua influência no Golfo Pérsico. O afastamento da Índia do não-alinhamento e as melhorias mais recentes nas relações EUA-Índia abriram as portas para um maior papel de segurança para a Índia. A liberalização da economia indiana permitiu expandir os vínculos comerciais e de investimento com os Estados do Golfo além do suprimento de energia, e houve um reconhecimento de interesses comuns no combate ao extremismo islâmico. Em 2005, a Índia procurou dar maior coerência à sua estratégia regional, lançando a política de *Look West*, destinada a atuar de maneira análoga à política de *Look East* no Leste da Ásia. Os principais objetivos de segurança da Índia no Golfo agora incluem segurança energética, garantindo a segurança dos trabalhadores migrantes indianos e a manutenção da estabilidade regional. (BREWSTER, 2014; BURTON, 2019)

O interesse estratégico mais imediato da Índia no Golfo Pérsico é a energia. A Índia é altamente dependente de petróleo e gás importado; em 2010, importou cerca de 70% de suas necessidades de petróleo, grande parte delas do Golfo. A dependência das importações aumentará consideravelmente nos próximos anos, à medida que a diferença entre demanda e produção doméstica aumentar. Alguns analistas afirmam que a Índia enfrenta um "dilema de Hormuz" no Estreito de Ormuz, semelhante ao "dilema de Malacca" da China no estreito de Malacca. As preocupações da Índia são intensificadas pelo desenvolvimento do porto de Gwadar no Paquistão, cerca de 600 km a leste do Estreito de Ormuz, e pelo potencial da China de estabelecer uma presença naval no local. Isso cria um imperativo para a Índia assumir um papel ativo na segurança do Estreito de Ormuz ou desenvolver boas relações de segurança com os estados localizados no Estreito ou nas proximidades, principalmente Omã e Irã (BREWSTER, 2014). Para atingir esse objetivo, será necessário conciliar os interesses conflitantes existentes entre os próprios países do golfo acerca de quem assumirá a posição de garantidor de segurança na região. A proximidade paquistanesa com os Estados árabes e a presença de potências extrarregionais como atores de segurança primários na região representam os maiores desafios para a Índia nesse sentido.

Nos últimos anos, a Índia desenvolveu interesses econômicos consideráveis no Golfo. Em 2008/2009, o comércio da Índia com os seis Estados árabes do Golfo⁹ excluindo petróleo, totalizou US\$ 86,9 bilhões, superando o comércio com a União Europeia (US\$ 80,6 bilhões), a ASEAN (US\$ 44,6 bilhões) e Estados Unidos (US\$ 40,6 bilhões) (KEMP, 2010). As relações econômicas são dominadas pelo comércio de energia e mão-de-obra migrante indiana, mas estão se ampliando para incluir gemas, alimentos e produtos manufaturados (ROY, 2012). Os Emirados Árabes Unidos atuam como hub econômico regional da Índia - sendo a Índia o maior parceiro comercial dos Emirados Árabes Unidos. Isso inclui amplos laços comerciais e de investimento: em 2007, cerca de 3.300 empresas indianas tinham escritórios ou fábricas nos Emirados Árabes Unidos (PRADHAN, 2009).

O trabalho migrante indiano também é um importante fator econômico e demográfico na região. Em 2004, havia cerca de 3,6 milhões de trabalhadores indianos no Golfo. De acordo com o documento da Estratégia de Segurança Marítima Indiana, mais de 7 milhões encontram-se no Oriente Médio (IN, 2015). Os nacionais indianos representam proporções significativas da população local: em 2000, os indianos constituíam cerca de 32% da população dos Emirados Árabes Unidos, mais de 20% da população do Bahrein e Catar e mais de 10% da população do Kuwait e Omã (INDIA, 2001). As remessas de trabalhadores indianos no Golfo são as principais fontes de divisas para a Índia - em 2003 elas somaram 17,4 bilhões de dólares, ou cerca de 3% do PIB da Índia (BREWSTER, 2014).

3.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

Ao analisar a atuação da Índia no Oceano Índico à luz das premissas teóricas desenvolvidas no capítulo anterior, esta seção buscou sistematizar as estratégias indianas dentro de um escopo conceitual mais amplo de potências regionais. O exame sobre as escolhas estratégicas indianas auxiliam a colocar em perspectiva as opções de política externa perseguidas por potências regionais a partir de seus objetivos, suas capacidades materiais e seus valores. Também é perceptível a flexibilidade na condução das estratégias pela Índia, indicando que

⁹ Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Catar e Omã.

potências regionais não estão presas a apenas um tipo de estratégia na realização de suas pretensões regionais.

Quando se considera a ROI como um todo, observa-se uma abordagem hegemônica suave por parte da Índia. Através da tentativa de criar instituições regionais que propiciem a formação de valores comuns e providenciem bens públicos, o Estado indiano busca a constituição de um arcabouço normativo regional que reflita seus interesses. Sua proatividade na formulação de políticas tanto na IORA quanto no IONS atestam essa ambição. A articulação indiana dentro de fóruns multilaterais é um pilar central na sua estratégia de colocar-se como potência regional responsável no Oceano Índico, prestando o papel de principal fornecedor de segurança, parceiro econômico vital e elaborador de normas e práticas comuns.

Entre todas as sub-regiões do Oceano Índico, o Sul da Ásia é onde a Índia detém o maior domínio. É nela também onde a Índia mais projeta poder militar na consecução de seus objetivos, como pode ser constatado no histórico de atuação de suas forças armadas. Isso advém do fato das preocupações imediatas de segurança indianas estarem localizadas em seu subcontinente. A presença de insurgências e atentados terroristas em seu território e nos Estados vizinhos provoca grande instabilidade na região, o que limitou ao longo de décadas o direcionamento das energias de Nova Delhi para uma estratégia mais ampla no Oceano Índico. Além disso, as dinâmicas sul asiáticas estão condicionadas à rivalidade indo-paquistanesa, as quais moldam como os demais Estados da região relacionam-se entre si e como atores externos interagem com a região. Dessa maneira, a Índia aplica uma estratégia de hegemonia dura em relação ao Paquistão, verificada na maior assertividade recente, e hegemonia suave e intermediária com os demais Estados. A primeira escolha é resultado da intenção de conter o desafio representado pelo Paquistão à predominância da Índia e dissuadi-lo de realizar condutas desestabilizadoras. A última escolha decorre da percepção do governo indiano de que uma maior cooperação e interligação econômica seria capaz de reduzir as instabilidades no Sul da Ásia ao mesmo tempo que impedem uma maior penetração da influência chinesa na região.

As relações da Índia com a África Oriental e Austral estão pautadas na cooperação econômica e em segurança, além de uma abordagem multilateral. A grande evolução nas relações atualmente está na incorporação de temas econômicos e securitários na agenda de interesses dos Estados sem abandonar tradicionais parcerias políticas em fóruns internacionais e projetos de desenvolvimento. A África apresenta-se como fonte atrativa de recursos energéticos para o futuro

próximo, com isso, investimentos indianos em infraestrutura energética e de transportes têm aumentado consideravelmente a fim de potencializar este fornecimento de energia. A presença da Índia como provedora de segurança para os Estados costeiros é um fator que está sendo cultivado por Nova Delhi para estabelecer-se como garantidora da estabilidade na região no lugar de atores extrarregionais. No contexto de estreitamento de laços com os Estados africanos, a África do Sul ocupa um lugar especial na estratégia indiana. Ela é percebida como ponta de lança para um engajamento maior com o restante dos países do continente, em especial os localizados na África Austral, devido a sua influência na região e capacidades materiais robustas. Portanto, a Índia vale-se de uma conduta hegemônica que apresenta traços tanto intermediários, a partir dos incentivos econômicos, quanto suaves, fruto das políticas de desenvolvimento mútuo, com potencial de progredir para uma liderança por meio da identificação de objetivos e valores comuns, e a distribuição de benefícios materiais coletivos.

O Sudeste Asiático talvez seja a sub-região do Oceano Índico onde a Índia mais tenha focado seus esforços de política externa nas últimas décadas. Isso decorre da importância da integração da economia indiana às cadeias de produção asiáticas, expansão de mercados para seus produtos e considerações estratégicas de segurança fundamentais. O Sudeste Asiático é uma das áreas de maior dinamismo econômico do mundo na atualidade, sendo fator importante para a emergência da Ásia como espaço de confluência das relações internacionais no século XXI. Assim, a manutenção do crescimento indiano e maior participação na ordem econômica e financeira mundial passa necessariamente por um aprofundamento dos vínculos com as nações da ASEAN. Em relação a questões de segurança, existe uma preocupação compartilhada da crescente influência chinesa na região e sua crescente assertividade na disputa de ilhas e demarcação de ZEEs. Desse modo, a Índia tem buscado estabelecer parcerias marítimas com Estados da região a fim de posicionar-se como parte responsável pela estabilidade do Sudeste Asiático e salvaguardar seus interesses no longo prazo. O alinhamento de interesses e perspectivas no campo securitário permite a Nova Delhi exercer um papel de liderança como fiadora da estabilidade regional. Já em relação ao aspecto econômico, pode-se dizer que uma estratégia de hegemonia suave é perseguida ao buscar alinhar as oportunidades econômicas existentes no Sudeste Asiático com objetivos de desenvolvimento nacional.

Apesar dos imperativos estratégicos presentes na Ásia Ocidental, a Índia possui dificuldades para estabelecer uma influência compatível com suas ambições na região. A

presença militar de atores extrarregionais como Estados Unidos e Rússia, mais recentemente, dificulta sua inserção como provedora de segurança. Além disso, a relação do Paquistão com os Estados árabes configura mais um obstáculo. Mesmo assim, a Índia vem aumentando substancialmente sua relação econômica com os países do Golfo Pérsico e desenvolvendo parcerias limitadas de segurança por meio de uma abordagem hegemônica intermediária. O incremento das relações a partir do *Look West* pode contribuir para superação das barreiras de uma maior participação indiana nas questões da Ásia Oriental e colocá-la como parte essencial para o arranjo da região.

4 RELAÇÃO COM ATORES EXTRARREGIONAIS NO OCEANO ÍNDICO

O Oceano Índico representa um espaço de cada vez maior interesse global, como já mencionado anteriormente. Assim, a presença de potências extrarregionais na região torna-se recorrente à medida que elas percebem a área como fundamental para a consecução de seus objetivos de política externa. Os principais atores extrarregionais atuando no Oceano Índico são a China e os Estados Unidos. Ambos possuem importantes fluxos de comércio advindo da região e grandes volumes de investimento, além de agendas de segurança próprias para a região. No entanto, os dois países possuem dinâmicas distintas nas relações com a Índia a partir da complementaridade de visões e competição estratégica existentes na gama de assuntos que envolvem a governança regional.

A relação sino-indiana está marcada por rivalidades derivadas da ascensão global chinesa e disputas conflituosas no passado ligadas à definição de fronteiras. Atualmente, existe uma preocupação em Nova Delhi que um papel mais preponderante da China no cenário internacional irá provocar um esvaziamento da influência indiana em sua região e, conseqüentemente, uma restrição a sua capacidade de atuação e as suas ambições internacionais. Contudo, em meio às divergências crescentes, a China continua sendo um importante parceiro comercial da Índia e existem pontos de convergência entre os dois gigantes asiáticos, tal como o combate à pirataria nos mares e a construção de uma nova arquitetura financeira global.

No processo de declínio relativo dos Estados Unidos e recalibração de sua estratégia global, uma aproximação entre EUA e Índia tem tomado contorno a partir da percepção mútua do papel de ambos para a consecução dos interesses de política externa no médio prazo de cada país. Entretanto, existe uma preocupação em Nova Delhi em não ter sua autonomia estratégica comprometida dentro de um arranjo de alianças estadunidenses. Além da existência de posições antagônicas em relação à condução de políticas em espaços específicos da ROI, como a Ásia Ocidental.

4.1 CHINA: TEMORES DE ENVELOPAMENTO PELA CRESCENTE INFLUÊNCIA CHINESA NA REGIÃO E TENTATIVAS DE COOPERAÇÃO

A relação estratégica geral entre a Índia e a China é um tanto difícil e instável. Existem inúmeras questões estratégicas não resolvidas provenientes da rivalidade histórica entre ambos, incluindo uma grande disputa territorial, a questão tibetana, e a parceria sino-paquistanesa (GANGULY; PARDESI, 2012). De acordo com Brewster (2014), alguns observadores acreditam que houve uma deterioração material na relação estratégica sino-indiana nos últimos anos, levando os países a uma rivalidade estratégica mais ampla. A nova postura da Índia sinaliza claramente a transição da acomodação para a competição. Entretanto, Nova Delhi opta por manter uma postura pragmática em relação à China por diversas razões: a satisfação com o *status quo* territorial, a lacuna de poder material entre os dois países, o potencial de cooperação em vários níveis e a dificuldade em achar parceiros confiáveis para o balanceamento à ascensão chinesa. Além disso, o governo indiano não deseja ser envolvido em disputas de terceiros. (RIBEIRO, 2019)

A rivalidade no Oceano Índico é apenas parte dessa mistura, mas também é o teatro em que a China é estrategicamente mais vulnerável à Índia. Como resultado, Pequim se opõe firmemente às aspirações da Índia na região (BREWSTER, 2014). A vulnerabilidade advém da dependência comercial e energética da China às rotas marítimas do Oceano Índico, as quais estão sujeitas a ameaças de atores estatais e não estatais (RIBEIRO, 2019). Como a Índia, a China enfrenta um "Dilema de Ormuz" no Golfo Pérsico, onde cerca de 40% das importações de petróleo da China transitam (BREWSTER, 2014). A China é ainda mais vulnerável no Estreito de Malaca, por onde passam cerca de 80% das importações de petróleo da China - incluindo importações do Golfo Pérsico, Sudão e África Ocidental (MUDUNURI, 2020). Devido a essa circunstância de dependência, o então presidente chinês Hu Jintao cunhou o termo "Dilema de Malacca" para se referir a esse ponto de estrangulamento (RIBEIRO, 2019).

Uma maneira de reduzir a sua dependência de outros atores para a segurança de suas linhas marítimas é a implementação da *Belt and Road Initiative*¹⁰ (BRI), pela qual garantiria o fluxo de insumos estratégicos e a manutenção de seu comércio por meio de rotas alternativas e formação de parcerias duradouras (RIBEIRO, 2019). No entanto, a BRI é percebida por alguns estrategistas em Nova Delhi como um desafio para a manutenção de influência indiana no

¹⁰ O projeto consiste num programa de investimentos ambicioso que seria direcionado para a construção de infraestrutura de transportes e energia com o intuito de integrar as áreas do planeta envolvidas no programa e potencializar o comércio entre os beneficiados.

Oceano Índico, uma vez que atrela os países da região a financiamentos chineses. Ou seja, a Rota da Seda Marítima seria capaz de consolidar a posição chinesa no Índico e dirimir a influência indiana ao mesmo tempo (BARUAH, 2018).

Ademais, existem preocupações a respeito da possibilidade de estabelecimento de uma presença militar permanente da China a partir de portos envolvidos no programa de investimentos. A essa percepção foi dado o nome de “Colar de Pérolas”, que consistiria em uma estratégia de cercar o entorno da Índia com bases militares que constrangeriam sua atuação no Oceano Índico (MADAN, 2014). A China por sua vez tem se esforçado em desfazer essa imagem, garantindo que não existe nenhum acordo prevendo a implantação de bases militares em Estados parceiros. Foi oferecida à Índia a possibilidade de participar dos projetos contidos na iniciativa, porém, o convite foi recusado (BRAUTIGAM; RITHMIRE, 2021).

A China procurou abordar seus imperativos e vulnerabilidades percebidos no Oceano Índico de várias maneiras. Primeiro, está desenvolvendo capacidades para projetar poder naval e aéreo limitado no Oceano Índico. Segundo, está desenvolvendo considerável influência econômica nos estados do litoral, mas apenas uma presença de segurança muito limitada. Terceiro, está tentando reduzir suas vulnerabilidades, diversificando suas opções de transporte de energia na região, a construção de projetos de infraestrutura do BRI atenderiam este ponto. Muitos em Nova Délhi consideram essas ações potencialmente ameaçadoras das vantagens estratégicas da Índia sobre a China no Oceano Índico (BREWSTER, 2014).

A China começou a implementar planos para desenvolver a chamada marinha de águas azuis em meados dos anos 80. Embora esses planos se concentram predominantemente no Estreito de Taiwan e em outros interesses da China no Oceano Pacífico ocidental, eles também têm implicações de longo prazo para a Índia e o Oceano Índico. No geral, as capacidades navais da China agora excedem as da Índia por uma margem considerável em termos quantitativos e qualitativos (BREWSTER, 2014). Mas, apesar de muito alarmado entre alguns analistas, as capacidades de projeção de poder da China no Oceano Índico ainda são limitadas apesar do rápido desenvolvimento da força naval chinesa ao longo da última década (RIBEIRO, 2019; MAINARDI, 2021). A Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN) tem uma experiência extremamente limitada em projetar poder além das águas costeiras. Apesar de seu programa de expansão naval, a capacidade da China de projetar poder na ROI também é restringida pela longa distância dos portos chineses (a principal base naval chinesa mais próxima do Oceano Índico fica

na Ilha Hainan, no Mar do Sul da China), sua falta de apoio logístico no Oceano Índico e a necessidade de inserir-se no Oceano Índico por meio de pontos de estrangulamento (BREWSTER, 2014).

Isso implica em um cenário de grande mobilidade nas estratégias indianas, visto que a presença securitária deve permanecer superior em comparação ao PLAN ao longo das águas do Índico. Entretanto, o envelopamento econômico da China sobre a Índia continua despontando como um ponto de instabilidade para os estrategistas de Nova Delhi (RIBEIRO, 2019). Por mais que a capacidade chinesa de projetar poder militar seja limitada, sua influência econômica abre a possibilidade de Estados litorâneos estarem mais propensos a aceitar sua participação na governança regional. Isso representa um desafio para a República da Índia à medida que a legitimação de Pequim na região representaria a qualificação de uma potência extrarregional como parte integrante do arranjo político necessário para organizar o entorno do Oceano Índico.

Os primeiros passos da China para projetar poder naval na ROI foram em resposta à crise da pirataria no Golfo de Áden (BREWSTER, 2014). Desde então, a PLAN enviou efetivos sucessivos nas águas da Somália, operando em paralelo com a Força Tarefa Combinada (CTF) 151 patrocinada pelos EUA. Como a Índia, a China recusou repetidamente propostas de cooperação na proteção do Corredor Internacional de Trânsito Recomendado (IRTC) ou operar dentro de uma estrutura de comando multinacional liderada por europeus ou estadunidenses (GIPPNER, 2016). Em vez disso, realiza suas operações de escolta a aproximadamente cinco milhas náuticas ao norte e ao sul do IRTC. O emprego da PLAN parece ter sido conduzida de maneira a evitar despertar a teoria da "ameaça da China". Antes de a PLAN ser implantada no Oceano Índico, a China avaliou a reação internacional à missão de combate à pirataria e garantiu que o desdobramento tivesse a autorização do governo somaliano e da ONU. (BREWSTER, 2014) Por meio das operações de combate à pirataria, a China tenta colocar-se como uma parceria benéfica aos Estados da região. Sua cooperação na área de segurança em conjunto com suas parcerias econômicas fazem parte da estratégia de inserção chinesa no Oceano Índico como um país agregador e provedor de estabilidade e não como força ameaçadora e impositiva.

É importante pontuar que em relação ao problema da pirataria no Oceano Índico, Índia e China encontram uma agenda de interesse mútuo e espaço para cooperação, indo ao contrário da ideia de permanente tensão e rivalidade (GIPPNER, 2016). A segurança das linhas marítimas de comunicação contra a atuação de atores não-estatais propiciou cooperação limitada entre as

marinhas dos dois Estados com um acordo em 2012 - envolvendo também o Japão - a fim de garantir a passagem segura de embarcações (GIPPNER, 2016; RIBEIRO, 2019). Por meio de patrulhamentos e escoltas, as atividades de pirataria no Golfo de Aden sofreram drástica redução a partir do ano de 2013 com apenas nove ataques piratas registrados no ano, todos sem sucesso em tomar as embarcações (YANOFSKY, 2013). O colapso da pirataria foi resultado de um interesse mútuo entre diversos países em lidar com o problema, principalmente daqueles mais dependentes do transporte marítimo advindo da região, como Índia, China e Japão.

Acompanhando a influência econômica crescente da China na região, está um escrutínio maior por parte de setores políticos indianos. O desenvolvimento de uma rede de portos comerciais e outras infraestruturas de transportes ao longo de países próximos geograficamente da Índia - como em Gwadar (Paquistão), Hambantota (Sri Lanka), Sonadia (Bangladesh) e portos no Mianmar - tem causado alertas entre estrategistas indianos sobre a possibilidade de formação de um perímetro de contenção chinês ao redor da Índia. Porém, Pequim tem se preocupado em demonstrar que não está estabelecendo uma presença militar no Oceano Índico (BREWSTER, 2014).

A força das relações econômicas da China na região do Oceano Índico, em comparação com a da Índia, é particularmente evidente no sudeste da Ásia. Em 2010, o comércio bilateral entre os estados da ASEAN e a China (excluindo Hong Kong) valeu US\$ 232 bilhões, em comparação com US\$ 55 bilhões para a Índia. Essa disparidade segue na comparação de investimentos: o investimento direto estrangeiro (IDE) líquido da China para a ASEAN agregou US \$ 8,9 bilhões entre 2008 e 2010, em comparação com o IDE da Índia para ASEAN de US\$ 3,9 bilhões no mesmo período (BREWSTER, 2014). Em 2017, o estoque de capital da Índia no exterior representava apenas um décimo do estoque chinês disponível, US\$155 bilhões em comparação com US\$ 1,472 trilhão, respectivamente. Ao considerarmos o continente africano, enquanto tanto Índia e China investiram cerca de US\$ 16 bilhões em 2011, cinco anos depois os fluxos chineses chegaram a US\$ 40 bilhões, já os fluxos indianos caíram para US\$ 14 bilhões (PRADHAN, 2017).

Apesar dos interesses conflituosos e disputas correntes entre Índia e China, existe espaço suficiente para cooperação e interesses mútuos que podem ser explorados. Além disso, uma cooperação ampla dentro da esfera do Oceano Índico poderia facilitar um entendimento estratégico maior dentro das relações sino-indianas. Nesse sentido, o comércio bilateral, a

cooperação na garantia da segurança das linhas marítimas e o engajamento dentro dos BRICS podem contribuir para uma acomodação da rivalidade (RIBEIRO, 2019).

O desenvolvimento dessas parcerias serve para arrefecer as tensões existentes em outras partes da relação sino-indiana, e estabelecer bases para o florescimento de uma verdadeira cooperação entre os países. O questionamento da ordem global atual e seus regimes é o ponto de maior aproximação de seus interesses comuns. Como tratam-se de duas potências globais ascendentes - estando a China em uma posição mais consolidada -, ambas enxergam a necessidade da transformação das instituições globais de governança a fim de contemplarem seus pleitos de maior participação na tomada de decisões (STUENKEL, 2015). Dessa maneira, a dinâmica geral de suas relações globais contrasta significativamente com a competição existente no plano asiático.

4.2 ESTADOS UNIDOS: APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES E CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA NO SÉCULO XXI

Durante a maior parte da Guerra Fria, a interação entre Índia e Estados Unidos era caracterizada pela desconfiança mútua em função das preocupações de Nova Délhi com os Estados Unidos apoiarem o Paquistão, minando a capacidade da Índia de dominar o subcontinente, e a percepção dos EUA de que a Índia era relativamente alinhada com Moscou e potencialmente disposta a facilitar a presença militar soviética na região. Além disso, a presença militar dos EUA no Oceano Índico era vista como uma ameaça constante à capacidade da Índia de alcançar seu destino na região (BREWSTER, 2014).

A discrepância de forças entre Nova Delhi e Washington, tanto politicamente quanto militarmente, impediu o sucesso de tentativas indianas de limitação de forças externas na região por meio da Zona de Paz do Oceano Índico (IOZOP). Dessa maneira, o aumento da presença militar americana e soviética a partir da Revolução Iraniana e Invasão do Afeganistão, ambas em 1979, se deu a despeito das frustrações indianas. O envolvimento da região do Oceano Índico como outro palco da rivalidade da Guerra Fria era considerado como mais um entrave para a ambição da Índia de liderança regional. A disputa que permeava as superpotências globais afastava os pequenos Estados de uma cooperação mais abrangente com a Índia, dificultando sua inserção na região.

As relações estratégicas entre EUA e Índia no Oceano Índico eram frequentemente tensas até o início dos anos 80, quando ocorreu uma harmonização de interesses, abrindo caminho para a cooperação. Vários fatores motivaram o desejo de Nova Délhi de melhorar as relações com os Estados Unidos, incluindo a presença militar soviética no Afeganistão, a qual preocupava profundamente a Índia, apesar de não manifestar qualquer condenação publicamente; mudanças no pensamento estratégico em Nova Délhi; e o fim da Guerra Fria (BREWSTER, 2014). Como resultado, mesmo no início dos anos 80, a Índia estava disposta a subordinar suas preocupações com as bases militares dos EUA no Oceano Índico, a fim de permitir melhorias no relacionamento geral. Ao mesmo tempo, Washington estava preparado para demonstrar maior consideração pelas prerrogativas e interesses regionais da Índia. Os EUA forneceram considerável apoio político às intervenções indianas no Sri Lanka em 1987 e nas Maldivas em 1988, sinalizando uma aceitação parcial dos interesses especiais da Índia no Sul da Ásia (COHEN, 1992).

Os Estados Unidos também passaram a oferecer assistência militar durante a administração Reagan, um esforço que tinha por objetivo dirimir a influência soviética na Índia por meio do aumento da autonomia estratégica indiana (COHEN, 1992). Apesar de limitada e com algumas resistências, a transferência de tecnologia de defesa abriu caminho para uma cooperação incipiente, a qual foi ampliada definitivamente após o final da Guerra Fria. Dentro do escopo dessa assistência militar, estava a construção de uma estação de comunicações de frequências muito baixas - fundamental para a comunicação com submarinos submersos em todo o Oceano Índico -, a venda de hardware de defesa como radares, equipamentos de guerra eletrônica, caças F-5, turbinas à gás para fragatas, e o treinamento de forças especiais em 1986, que estabeleceu um grupo de forças especiais na marinha indiana em preparação para intervenção no Sri Lanka (SASKENA; GRILLOT, 1999).

Com o término da Guerra Fria, as barreiras políticas para uma cooperação mais abrangente foram superadas. A abertura econômica indiana nos anos 90 possibilitou o incremento dos fluxos de comércio e investimento entre os dois países, com destaque para o estabelecimento de laços estreitos no setor de serviços de software (ROY, 2012). Na esfera política, o aprofundamento das relações é ainda mais relevante. A Índia passou a buscar um fortalecimento das relações bilaterais deliberadamente como estratégia mais ampla de política externa. O fortalecimento providencia uma maior legitimidade das aspirações indianas dentro do Oceano

Índico, passando a possuir o reconhecimento da principal potência extrarregional de seu papel como garantidora da estabilidade na região (BREWSTER, 2014). A cooperação indo-americana nas áreas de defesa e nuclear são as mais intensas dentro do diálogo político. Elas partem do entendimento estratégico de limitar a projeção da China em espaços além do Pacífico, atuando conjuntamente para assegurar que a influência chinesa nos Estados litorâneos não irá se propagar de maneira a criar vulnerabilidades aos interesses nacionais de ambos (RIBEIRO, 2019).

O Acordo Nuclear Civil Índia-Estados Unidos de 2005 marcou um novo momento nas relações indo-americanas ao garantir o comprometimento estadunidense em auxiliar a Índia a alcançar o status de grande potência no século XXI, conforme intenção expressa em uma declaração da administração Bush, na qual inclusive alega estar ciente de todas as implicações, inclusive as militares, de tal postura (BREWSTER, 2014). A cooperação nuclear inclui o reconhecimento da Índia como um Estado nuclear perante o mundo - legitimação do país como portador de artefatos bélicos nucleares - e a troca de informações sobre o processo de enriquecimento de urânio, além de flexibilizar postura americana em relação ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) (BAJORIA; PAN, 2010). Como consequência desse direcionamento nas relações entre os dois países, os Estados Unidos passaram a apoiar a inclusão da Índia como um dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (RIBEIRO, 2019).

A presença da defesa da liberdade de navegação e voo no Mar do Sul da China em declarações e documentos dos EUA, inclusive em declaração conjunta com a Índia, sinalizam para um maior cerco em relação às tentativas chinesas de expandir sua influência e controle de linhas marinhas de comunicação estratégicas (WHITE HOUSE, 2015). Somada a essa ofensiva diplomática, o contingente militar estadunidense no Pacífico está passando por uma reorganização. Tropas estacionadas em bases mais tradicionais como nos arquipélagos japoneses (Okinawa em particular) e na Coreia do Sul estão sendo deslocadas para países do Sudoeste do Pacífico como Austrália, Filipinas e Singapura. Esse reposicionamento confere maior flexibilidade para as forças americanas e permite uma mobilização mais facilitada ao longo da região do Indo-Pacífico (BREWSTER, 2014; FORD, 2017).

O governo Obama também buscou distanciar o relacionamento EUA-Índia do foco na China para uma parceria mundial que examina mais os interesses comuns além do Sul da Ásia. Em novembro de 2010, o presidente Obama anunciou o apoio dos EUA para a adesão

permanente da Índia ao Conselho de Segurança da ONU e indicou o apoio dos EUA para incluir a Índia em vários grupos de não proliferação, incluindo o Grupo de Fornecedores Nucleares, o Acordo de Wassenaar (controles de exportação de tecnologias de uso duplo), o Grupo Austrália (que lida com a proliferação de armas químicas e biológicas) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. Nos últimos anos, também houve uma discussão considerável sobre o interesse comum dos Estados Unidos e da Índia em proteger os bens comuns globais, ou seja, a liberdade de usar os mares, o ar, o espaço e até mesmo o ciberespaço (RIBEIRO, 2019).

O relacionamento estratégico EUA-Índia agora tem um forte foco na cooperação militar, especialmente na esfera naval. O foco de Washington tem sido auxiliar no desenvolvimento das capacidades navais e aéreas convencionais da Índia. Um acordo de defesa de 2005 prevê o compartilhamento e treinamento de inteligência, transferência de tecnologia e cooperação em defesa contra mísseis. O diálogo estratégico foi institucionalizado por meio do Grupo de Política de Defesa, um mecanismo consultivo presidido conjuntamente pelo subsecretário de defesa dos EUA para políticas e pelo secretário de defesa indiano. Este se dirige aos grupos de direção executiva para o diálogo militar e ao Grupo de Aquisições e Produção de Defesa (BREWSTER, 2014).

Uma das áreas mais produtivas no relacionamento estratégico EUA-Índia tem sido os exercícios militares. Os Estados Unidos e a Índia começaram a conduzir exercícios militares conjuntos em 1992 e, desde então, aumentaram significativamente em frequência, escala, complexidade e capacidade combinada. A Índia realizou mais de 50 exercícios militares com os Estados Unidos entre 2003 e 2010, significativamente mais do que com qualquer outro país. No ano até abril de 2011, ocorreram cerca de 56 ‘eventos cooperativos’ entre os serviços militares dos EUA e da Índia. As marinhas dos Estados Unidos e da Índia realizam quatro grandes exercícios bilaterais anuais: Malabar, o principal exercício da frota; Habu Nag (aspectos navais das operações anfíbias); Spitting Cobra (destruição de munições explosivas); e Salvex (mergulho e salvamento). Em 2010, o USPACOM e o Estado-Maior de Defesa Integrado Indiano (IIDS) conduziram um exercício conjunto inaugural entre as equipes de defesa, com base em um cenário de HADR (BREWSTER, 2014). Este exercício tomou sua última versão como Tiger Triumph em 2019 e apresentou um elevado nível de complexificação. Foi o primeiro exercício do tipo a envolver os três ramos das forças armadas indianas em mobilização conjunta com os Estados Unidos, que foi representado pela marinha e pelo corpo de fuzileiros. Os dois países são os

maiores realizadores de operações de salvamento no mundo, assim, a busca por maior interoperabilidade entre as forças armadas aumentaria a capacidade de resposta e coordenação entre dois importantes atores em cenários de HADR (BOWMAN; GABEL, 2019).

Malabar, o principal exercício naval, tem um importante papel simbólico e prático na cooperação naval EUA-Índia. Em 2007, o exercício, que anteriormente era realizado em uma base bilateral, foi expandido para incluir três grupos de batalha de porta-aviões e outros navios da Índia, Estados Unidos, Japão, Austrália e Singapura. O exercício Malabar 2007 também foi visto por muitos como tendo particular significado estratégico de contenção da China por envolver aliados e amigos dos EUA, um significado que a Índia quer estar desvinculada (RIBEIRO, 2019). Ainda existe uma sensibilidade considerável em Nova Delhi sobre como conter o escopo e o simbolismo dos exercícios de Malabar. Em 2013, Nova Delhi recusou a permissão da Força Aérea Indiana para participar de Malabar e rejeitou as tentativas dos EUA de incluir o Japão como outro participante nos exercícios (BREWSTER, 2014) Isso viria a mudar em 2015 quando o Japão passou a integrar formalmente os exercícios como membro permanente, aumentando o escopo do exercício e capacidade de interoperabilidade entre as forças navais dos países (BORAH, 2017).

A criação do Diálogo de Segurança Quadrilateral promoveu a junção de Índia, Estados Unidos, Japão e Austrália em um grupo comum. Por meio do Quad, como o arranjo também é conhecido, os países discutem aspirações comuns no âmbito de segurança para a região do Indo-Pacífico. O concerto entre as forças navais desequilibraria a correlação de forças na região, ampliando a vulnerabilidade chinesa (BARUAH, 2020). Isso poderia ter por consequência o efeito contrário dos objetivos do grupo. Ao aumentar a insegurança da China e tentar isolá-la de arranjos institucionais, Pequim se vê obrigada a buscar uma postura mais assertiva para romper essa política de contenção, cujo efeito é o incremento das tensões regionais (FORD, 2017). A falta de uma postura mais propositiva por parte dos EUA e a dificuldade de Índia e China encontrarem um plano comum de diálogo dificultam os prospectos de uma acomodação de interesses e compartilhamento de responsabilidades entre os países.

Apesar da convergência estratégica entre Nova Delhi e Washington durante o século XXI, existem pontos de refluxo nas relações bilaterais. A manutenção da cooperação securitária EUA-Paquistão causa sérios descontentamentos nas autoridades indianas, sendo um dos fatores que impede uma maior cooperação entre EUA e Índia na esfera de segurança. Outro ponto de

discordância diz respeito ao intervencionismo ocidental no Oriente Médio, visto com ceticismo para a solução dos problemas locais, se não às vezes como fonte de mais instabilidade (RIBEIRO, 2019).

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A relação da Índia com os Estados Unidos teve uma melhora substancial ao longo das últimas três décadas, passando de uma relação fria para um engajamento ativo. A superação de desconfianças pôde ser dada pelo fim da Guerra Fria, reestruturação da política interna e externa na Índia e da emergência chinesa e indiana no século XXI. A reorganização da política externa indiana foi motivada pela realidade de ascensão dos Estados Unidos como superpotência incontestável após a dissolução da União Soviética, assim, uma aproximação com os EUA em prol de garantir acordos favoráveis para a inserção internacional da Índia foram explorados. Entre os acordos estavam compras de equipamentos de defesa americanos, cooperação na área nuclear, exercícios conjuntos entre as forças armadas, além de parcerias nas áreas de comércio e investimento. O denominador comum dessa parceria ao longo da última década é a ascensão da China. O temor mútuo em relação às pretensões chinesas propiciou um entendimento estratégico entre ambos.

Entretanto, o alinhamento de interesses entre Índia e Estados Unidos não implica em uma aliança completa em todas as frentes nem um descarte de cooperação com a China. O governo indiano ainda vê com preocupação a presença militar exacerbada dos EUA na região, materializada nas constantes intervenções militares no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, a China é percebida como uma parceira no questionamento da ordem internacional - especialmente a financeira - em instituições multilaterais, sendo o BRICS um fórum de concertação de esforços nesse sentido. Dessa maneira, não é possível afirmar que a triangulação entre esses três países está definida a favor de um eixo específico. As lideranças de Nova Delhi preferem cultivar uma autonomia estratégica que os permita manobrar conforme as situações se relacionam com os interesses indianos no longo prazo.

A partir disso, fica claro que a aproximação entre Estados Unidos e Índia é resultado de uma confluência de fatores conjunturais que visam atingir um objetivo específico: contrabalancear a ascensão da influência chinesa. Logo, uma continuação desse alinhamento a

longo prazo dependeria se ele interferisse nas ambições indianas para a ROI. Tendo em vista que a Índia visa ser a potência predominante na região, uma retirada gradual dos Estados Unidos é desejada, mas a agilidade de tal retirada condicionaria o relacionamento entre os países e o alinhamento existente no cenário atual. A sinalização estadunidense de que está apta a reconhecer o papel de liderança da Índia e realocação de seus efetivos em outras regiões pode facilitar o seguimento de uma aliança formal.

A questão central que norteia a interação sino-indiana no Oceano Índico é a visão entre estrategistas de Nova Delhi de que a Índia poderia ter suas ambições de liderança regional limitadas pelo aumento da influência chinesa entre os Estados da região e a vulnerabilidade percebida por Pequim de rotas marítimas cruciais para seu desenvolvimento. Dessa forma, a perseguição dos objetivos de política externa de cada um provoca um acirramento na disputa por parcerias ao longo da região do Oceano Índico e por vezes a busca por segurança gera inseguranças para o outro país.

Uma acomodação entre China e Índia sobre seus interesses e apreensões mútuas não pode ser desconsiderada. Há pontos em comum em suas agendas regionais e globais como: segurança das linhas marítimas no Oceano Índico, combate a ameaças de atores não estatais, questionamento da ordem global e sua governança, estabelecimento de parcerias de desenvolvimento com o sul global. Essas perspectivas compartilhadas possibilitam uma conciliação entre as duas nações, no entanto, os desdobramentos recentes indicam um tensionamento das relações. Escaramuças na fronteira compartilhada em 2017 e 2020 - esta última com a ocorrência de vítimas fatais pela primeira vez desde 1975 -, campanhas de boicote a produtos chineses na Índia, a dificuldade no reconhecimento de pleitos territoriais de ambos, o desenvolvimento de parcerias vistas mutuamente como hostis e competição crescente dentro da Ásia demonstram o complicado momento atual das relações sino-indianas.

Essa readequação de estratégia corresponde à compreensão do cenário de competitividade atual, no qual uma resposta para a maior assertividade chinesa passava por um fortalecimento próprio da posição indiana, tomando atitudes mais contundentes. A criação de infraestrutura própria, fortalecimento dos efetivos militares na região e apoio aos vizinhos próximos que possuem disputas fronteiriças com a China fazem parte da nova estratégia.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho visou relacionar o debate de estratégias de potências regionais com a atuação do Estado indiano na região do Oceano Índico. Para isso foi feito um breve estudo sobre a construção do conceito de potência regional na literatura acadêmica ao longo do tempo, definido tipos ideais de estratégias de potências regionais e colocado os conceitos à luz da atuação da Índia na região. O trabalho entende que o status de potência regional auxilia na compreensão das condições que determinam as estratégias adotadas pela Índia. Assim, ao categorizá-la como tal, pode-se colaborar no estudo de outras potências regionais e suas interações com atores intrarregionais e extrarregionais. O objetivo geral do trabalho de caracterizar a operacionalização do exercício de potência regional da Índia foi realizado por meio do estudo geral da região e do estudo específico de cada sub-região. A principal consideração tirada do trabalho é a flexibilidade empregada na política externa indiana para a região ao adotar abordagens distintas conforme seus interesses e correlação de forças ao redor da região.

Ao longo do período pós-independência, a Índia viu-se limitada na consecução de suas ambições de ser a potência dominante do Oceano Índico devido a disparidade de poder existente em relação às potências extrarregionais que atuavam na região, Reino Unido até meados da década de 60 e Estados Unidos posteriormente. Além disso, os conflitos constantes com Paquistão concentraram a maior parte da atenção do aparato de defesa indiano no período, dificultando uma projeção de poder além do Sul da Ásia. Os desafios impostos pela condição de nação recém independente - como a necessidade de reorganizar as instituições políticas, promover desenvolvimento a partir de uma situação de grande pobreza, buscar uma nova inserção internacional e contornar os traumas advindos da partição do país - também dificultaram o processo de consolidação de liderança regional.

A mudança de paradigma na política internacional após o final da Guerra Fria e ascensão internacional da Índia, dentro de um processo mais amplo de incremento da importância global de todo continente asiático, possibilitou a busca de novas parcerias e iniciativas regionais. Sintoma desse cenário foi a criação da *Indian Ocean Rim Association* (IORA) em 1997 fruto da proatividade indiana em conjunto com a África do Sul. Surgindo, dessa forma, uma tentativa de governança regional ampla sem o constrangimento da bipolaridade intrínseca ao período anterior. Por meio da IORA, a Índia se posiciona como articuladora da formulação de normas regionais

que agregam previsibilidade e facilidade nas relações entre os Estados membros, além de principal parceira para cooperação econômica e securitária. Esse esforço foi incrementado com a formação do Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS) em 2008. Focado em questões relativas à segurança marítima, o IONS serve como um dispositivo para a construção de confiança, troca de informações, coordenação em missões de assistência humanitária e cooperação no enfrentamento de ameaças não tradicionais. Assim, através de uma abordagem multilateral, a Índia organiza as dinâmicas gerais do Oceano Índico e alinha os interesses comuns da região aos próprios.

No entanto, empreendimentos multilaterais gerais são insuficientes para congregar todos os interesses indianos existentes ao redor da região do Oceano Índico e lidar de forma eficiente com todos os Estados. Em virtude disso, a Índia emprega variações da estratégia hegemônica conforme às condições presentes em cada sub-região. Devido suas preocupações securitárias imediatas e a assimetria existente com seus vizinhos, a política externa indiana faz uso de instrumentos coercitivos além de cooperativos a fim de atingir seus objetivos no Sul da Ásia. É a única sub-região onde a Índia está disposta a se impor diante dos demais Estados e aplicar pressão política na condução de suas relações. Isso decorre da rivalidade histórica com o Paquistão e da urgência de manter sua preponderância incontestável.

A postura indiana em relação à Ásia Ocidental também insere-se num contexto distinto das demais sub-regiões, uma vez que é a sub-região com menor influência da Índia entre todas. Os estrategistas indianos têm buscado aprofundar os laços econômicos com os países da região com o intuito de salvaguardar o corredor energético crucial para o desenvolvimento do país, porém, os avanços na área de segurança foram mais limitados. Isso decorre da presença militar massiva de potências extrarregionais na Ásia Ocidental, diminuindo as possibilidades de Nova Delhi de se consolidar como uma das principais provedoras de segurança e estabilidade, e dos laços históricos do Paquistão com a região. Apesar desses obstáculos, a Índia continua buscando aumentar sua relevância para os Estados da região.

Em relação ao continente africano e ao Sudeste Asiático, a Índia possui as iniciativas de cooperação mais avançadas e consolidadas, estando de fato na posição de parceiro fundamental e provedor de segurança regional. A identificação de objetivos e valores comuns possibilita a articulação pela Índia de arranjos conjuntos para a realização de interesses compartilhados, como o desenvolvimento econômico-social e a estabilidade regional. Dessa forma, a estratégia de

hegemonia suave pode evoluir para uma estratégia de liderança, tendo a Índia como irradiadora de benefícios mútuos.

No tocante à interação indiana com a China e os Estados Unidos, as duas principais potências extrarregionais do Oceano Índico, existe um dilema entre os estrategistas indianos sobre a política externa a ser tomada. Apesar das preocupações crescentes com o avanço da influência chinesa no Oceano Índico, fragilizando a posição indiana de liderança regional, Nova Delhi não entende como benéfico uma dependência da presença estadunidense para contrabalanceamento. A ascensão da China corresponde ao maior desafio de política externa para a Índia atualmente. Os temores de encirculamento e esvaziamento da preponderância indiana como organizadora das dinâmicas regionais fazem com que as autoridades da Índia hesitem em aceitar a China como uma parte indispensável do arcabouço institucional da região. Contudo, o elevado nível de investimento chinês em projetos de infraestrutura, principalmente através da *Belt and Road Initiative*, em Estados costeiros torna improvável a chance de isolar a China da região, ainda mais ao considerar a discrepância entre o estoque de investimentos chineses e indianos.

Esse cenário propiciou uma aproximação maior entre Nova Delhi e Washington, respaldada em declarações conjuntas e novos acordos militares. Mas se existe um alinhamento em relação a necessidade de coordenação de esforços para lidar com a ascensão chinesa, o mesmo não pode ser dito para o restante da presença estadunidense no Oceano Índico. A abordagem intervencionista dos Estados Unidos em relação à Ásia Ocidental é motivo de preocupação para a Índia, temendo uma escalada de conflitos e mais instabilidade. Ademais, as autoridades indianas não querem ser implicadas dentro da estrutura securitária estadunidense a ponto de terem suas opções estratégicas restringidas.

REFERÊNCIAS

AFZAL, Amina. Troubled Water: India's History with the Indian Ocean Zone of Peace. **South Asian Voices**. 2017. Disponível em: <<https://southasianvoices.org/troubled-water-indian-ocean-zone-of-peace/>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

BARUAH, Darshana M. India in the Indo-Pacific: New Delhi's Theater of Opportunity. **Carnegie India**. 2020. Disponível em: <https://carnegieindia.org/2020/06/30/india-in-indo-pacific-new-delhi-s-theater-of-opportunity-pub-82205> . Acesso em: 27 Jul. 2020.

BARUAH, DARSHANA M. India's Answer to the Belt and Road: A Road Map for South Asia. **Cernegie India**, [s. l.], 21 ago. 2018. Disponível em: <https://carnegieindia.org/2018/08/21/india-s-answer-to-belt-and-road-road-map-for-south-asia-pub-77071>. Acesso em: 25 fev. 2021

BAVA, Salma. India: Foreign Policy Strategy between Interests and Ideas. *In*: FLEMES, Daniel (Org.). **Regional Leadership in the Global System : ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**. Farnham: Ashgate, 2010, p. 113–125.

BHARDWAJ, Sanjay. India-Bangladesh land boundary agreements: ramifications for India's security. **CLAWS Journal**, [S.l.], p. 93-110, 2015.

BORAH, Rupakjyoti. The Malabar Naval Exercises: India, Japan and the US Test the Waters. **Global Asia**, [s. l.], 20 set. 2017. Disponível em: https://www.globalasia.org/bbs/board.php?bo_table=forum&wr_id=93378. Acesso em: 17 jul. 2021.

BOWMAN, Bradley; GABEL, Andrew. US, India bolster their military partnership in Tiger Triumph exercise. **Defense News**, [s. l.], 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.defensenews.com/opinion/commentary/2019/11/13/us-india-bolster-their-military-partnership-in-tiger-triumph-exercise/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BREWSTER, David. **India's Ocean**: the story of India's bid for regional leadership. Abingdon: Routledge, 2014.

BURTON, Guy. India's "Look West" Policy in the Middle East under Modi. **Middle East Institute**, [S. l.], 6 ago. 2019. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/indias-look-west-policy-middle-east-under-modi>. Acesso em: 22 out. 2021.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers**: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CEPIK, Marco. SEGURANÇA REGIONAL, INSTITUIÇÕES DE DEFESA E CAPACIDADES MILITARES NOS PAÍSES DO FÓRUM IBAS: Índia, África do Sul e Brasil em Perspectiva Comparada. In: **G3 – FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS Uma Experiência de Cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Jurua Editora, 2010, p. 65–150.

CHADHA, Vivek. **Return the favour with a thousand cuts**: India's Pakistan Policy. [S.l.], 2018. (IDSA policy brief). Disponível em: <https://idsa.in/policybrief/return-the-favour-with-a-thousand-cuts-india-pakistan-policy-vchadha-220318>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CHAKMA, Bhumitra. Sheikh Hasina Government's India Policy: a three-level game? **Journal of Asian Security and International Affairs**, [S.l.], Apr. 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2347797014565291>. Acesso em: 05 maio 2021.

CHAKRABORTY, Debashis; CHAKRABORTY, Anushree. **India's act east policy**: walking the talk. [S.l.], July 2018. (MPRA paper, 88034). Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/88034/1/MPRA_paper_88034.pdf.

CHAKRABORTY, Debashis. The Upcoming Indo-ASEAN CECA: Of Great Expectations and Areas of Concern. **China Report**, [s. l.], p. 259-276, 2014.

CHATURVEDI, Pratiksha; HUSSAIN, Zaki; NAG, Biswajit. SAARC geopolitics and trade: missing intra-regional connectivity a hindrance to further economic integration. **South Asian Survey**, [S.l.], v. 22, n.1, p. 78–106, 2017.

CHAULIA, Sreeram. **How Modi shifted the India-Pakistan paradigm**. 4. ed. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.rt.com/op-ed/452839-india-pakistan-tensions-modi/>. Acesso em: 14 set. 2021.

COHEN, Stephen. **India: Emerging Power**. Washington; Brookings Institution Press, 2001.

COHEN, Stephen P. **Shooting for a century: the India-Pakistan conundrum**. London: Brookings Institution Press, 2013.

COHEN, Stephen. The Reagan Administration and India. *In*: GOULD, Harold A.; GANGULY, Sumit. **The Hope and the Reality: US–Indian Relations from Roosevelt to Reagan**. Boulder, CO: Westview Press: [s. n.], 1992.

DESTRADE, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. **Review of International Studies**, vol. 36, no. 04, p. 903–930, 2010.

DESTRADE, Sandra. **Indian Foreign and Security Policy in South Asia : Regional power strategies**. London: Routledge, 2012.

DOYLE, M. W. **Empires**. London: Cornell Univ. Press, 1986.

FAWN, R. ‘Regions’ and their study: wherefrom, what for and whereto? **Review of International Studies**, v. 35, n. S1, p. 5–34, fev. 2009.

FORD, John. The Pivot to Asia Was Obama’s Biggest Mistake. **The Diplomat**, [S. l.], p. 1, 21 jan. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

GANGULY, Sumit. **Deadly impasse: Indo-Pakistani relations at the dawn of a new century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

GANGULY, Sumit; PARDESI, Manjeet S. Can China and India rise peacefully?. **Orbis**, [S.l.], v. 56, n.3, p.470-485, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/orbis/vol/56/issue/3?>. Acesso em: 3 jul. 2020.

GIPPNER, Olivia. Antipiracy and unusual coalitions in the Indian Ocean Region: China's changing role and confidence building with India. **Journal of Current Chinese Affairs**, [S.l.], v. 45, n. 3, p. 107–137, 2016.

HAFFNER, Jacqueline A.; SAUTER, Betina Thomaz. As estratégias econômicas da Índia e seus desafios: da “taxa de crescimento Hindu” ao desenvolvimento acelerado. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 53, p. 48–66, 2020.

HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International Affairs**, vol. 83, no. 1, p. 127–146, 2007.

IKENBERRY, G. John; KUPCHAN, Charles A. Socialization and hegemonic power. **International Organization**, [S.l.], v. 44, p. 283-315, 1990.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Prime Minister's Remarks at the Commissioning of Offshore Patrol Vessel (OPV) Barracuda in Mauritius (March 12, 2015)**. New Delhi: MEA, 2015. Disponível em: https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/24912/Prime_Ministers_Remarks_at_the_Commissioning_of_Offshore_Patrol_Vessel_OPV_Barracuda_in_Mauritius_March_12_2015

INDIA. High Level Committee on the Indian Diaspora. **Report of the High Level Committee on the Indian Diaspora**. New Delhi: MEA, 2001.

INDIAN NAVY - IN. **Ensuring secure seas**: Indian maritime security strategy. New Delhi: Integrated Headquarters, Ministry of Defence (Navy), 2015. Disponível em: https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian_Maritime_Security_Strategy_Document_25Jan16.pdf. Acesso em: 30 mai. 2020.

INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM - IONS. IONS Guidelines for HADR. 2017. <https://www.ions.global/sites/default/files/Guidelines%20IONS%20on%20HADR%20Version.pdf>

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION - IORA. Declaration of the Indian Ocean Rim Association on the Blue Economy in the Indian Ocean Region: 2017. [/http://www.iora.int/media/8218/jakartadeclaration-on-blue-economy-final.pdf](http://www.iora.int/media/8218/jakartadeclaration-on-blue-economy-final.pdf). Acesso em: 12 Mai 2021.

KAPUR, Lalit. An Indian Ocean Agenda for Modi 2.0. Asia Maritime Transparency Initiative. Disponível em: <https://amti.csis.org/an-indian-ocean-agenda-for-modi-2-0/> . Acesso em: 18 May 2020.

KAPLAN, Robert D. **Monsoon**: the Indian Ocean and the future of American power. New York: Random House, 2010.

KAR, S.; SEN, K. **The political economy of India's growth episodes**. Springer Nature: 2016.

KATZENSTEIN, Peter J. **A world of regions**: Asia and Europe in the American imperium. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.

KEMP, Geoffrey. The East Moves West: India, China and Asia's Growing Presence in the Middle East. **Washington, DC: Brookings Institution**, [S. l.], p. 42, 2010.

KRASNER, S. D. Rethinking the sovereign state model. **Review of International Studies**, v. 27, n. 5, p. 17–42, dez. 2001.

KHURANA, Gurpreet. Multilateral structures in the Indian Ocean: review and way ahead.

Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 11-23, 2018.

KUMAR, Vinay. India Well Positioned to Become a Net Provider of security: Manmohan Singh.

The Hindu, 2013. Disponível em: <<https://www.thehindu.com/news/national/india-well-positioned-to-become-a-net-provider-of-security-manmohan-singh/article4742337.ece>>. Acesso em: 20 Mai 2021.

MADAN, Tanvi. China, in three avatars. In: BAIPAI, Kanti; BASIT, Saira; KRISHNAPPA,

V. **India's grand strategy: history, theory, cases.** New Delhi: Routledge, 2014.

MAINARDI, Benjamin. Yes,

China Has the World's Largest Navy. That Matters Less Than You Might Think. **The Diplomat**, [S. l.], p. 1, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/04/yes-china-has-the-worlds-largest-navy-that-matters-less-than-you-might-think/>. Acesso em: 8 abr. 2021.

MISHRA, Abhishek. India's **Vision of SAGAR: Humanitarian Assistance and Disaster Relief Operations in the Indian Ocean Region.** ORF. Disponível em:

<<https://www.orfonline.org/expert-speak/indias-vision-of-sagar-humanitarian-assistance-and-disaster-relief-operations-in-the-indian-ocean-region-61000/>>. Acesso em: 8 Set. 2021.

MISHRA, Manoj Kumar. New Delhi's Indian Ocean Security Dilemma. Asia Times. Disponível

em: <<https://asiatimes.com/2019/04/indias-approach-to-the-security-dilemma-in-the-indian-ocean-region/>>. Acesso em: 12 Ago. 2021.

MUDUNURI, Navya. The

Malacca Dilemma and Chinese Ambitions: Two Sides of a Coin. **The Diplomatist**, [s. l.], 7 jul.

2020. Disponível em: <https://diplomatist.com/2020/07/07/the-malacca-dilemma-and-chinese-ambitions-two-sides-of-a-coin/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

- MURTHY, Padmaja. **The Gujral Doctrine and beyond: Strategic Analysis**. 4. ed. [S. l.: s. n.], 1999. v. 23.
- NOLTE, D. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, vol. 36, no. 04, p. 881-901, 2010.
- NYE, J. S. **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone**. New York: Oxford University Press, 2002.
- PANIGRAHI, D. N. **The story of India's partition: imperialism in retreat**. London: Routledge, 2004.
- PANNIKAR, K M. **India and the Indian Ocean : an Essay on the Influence of Sea Power on Indian History**. London: Allen & Unwin, 1945.
- PARDESI, Manjeet S. Is India a great power? Understanding great power status in contemporary international relations. **Asian Security**, [S.l.], v.11, n.1, p. 1-30, 2015.
- PRADHAN, Jaya Prakash. Indian outward FDI: a review of recent developments. **Transnational Corporations - UNCTAD**, Geneva/New York, v. 24, n. 2, p. 43-70, 2017. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationChapters/diaeia2017d3a2_en.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021.
- PRADHAN, S. India's Economic and Political Presence in the Gulf: A Gulf Perspective. In: **India's Growing Role in the Gulf: Implications for the Region and the United States**. Dubai: Gulf Research Center, 2009.
- PRAKASH, Anita. Asia Africa growth corridor development cooperation and connectivity in the Indo-Pacific. **ERIA Policy Brief**, [S.l.], n. 3, Oct. 2018. Disponível em:

asia.org/bitstream/handle/11540/8891/ERIA-PB-2018-03.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 fev. 2020.

REHMAN, Iskander. From an ocean of peace to a sea of friends. In SIDHU, W.; MEHTA, P.; JONES, B. **Shaping the Emerging World: India and the Multilateral Order**. Brookings Institution Press, 2013.

RIBEIRO, Erik H. **A grande estratégia da Índia: Ascensão de uma nova Grande Potência no século XXI**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RIBEIRO, Erik Herejek, *A Perspectiva Estratégica da Índia para o Século XXI*, Belo Horizonte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015;

RITHMIRE, Deborah Brautigam, Meg. **The Chinese “Debt Trap” Is a Myth**. The Atlantic. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/02/china-debt-trap-diplomacy/617953/>>. Acesso em: 12 Jun. 2021.

ROY, T. **India in the World Economy: From Antiquity to the Present**. New York: Cambridge University Press, 2012.

SASKENA, Jyotika; GRILLOT, Suzette. The emergence of Indo-US defense cooperation: from specific to diffuse reciprocity. In: BERTSCH, Gary K.; GAHLAUT, Seema; SRIVASTAVA, Anupam. **Engaging India: US strategic relations with the world’s largest democracy**. [S. l.: s. n.], 1999.

SINGH, Abhijit. **The nautical dimension of India’s “Act East” policy**. [S.l.], Apr. 2018. (RSIS policy report). Disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2018/04/PR180409_The-Nautical-Dimension-of-Indias-Act-East-Policy.pdf. Acesso em: 3 jul. 2020.

STUENKEL, Oliver. *The BRICS and the future of global order*. Lanham: Lexington Books, 2015.

TANEJA, Nisha; PRAKASH, Shravani; KALITA, Pallavi. India's role in facilitating trade under SAFTA. **Indian Council for Research on International Economic Relations**, [S.l.], Jan. 2013. (Working paper, 263). Disponível em: https://icrier.org/pdf/working_paper_263.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

TANHAM, George K. **Indian strategic thought: an interpretive essay**. Santa Monica: RAND Corporation, 1992.

TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. [S. l.: s. n.], 2010.

THOMAS, Roby. **Indian Navy's Annual HADR Exercise: A Collaborative Humanitarian Response in IOR | Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses**. idsa.in. Disponível em: <<https://idsa.in/idsacomments/Indian-navy-annual-hadr-exercise-roby-thomas>>. Acesso em: 19 Out. 2021.

TUCKER, Robert C. **Politics as leadership**. Columbia: University Of Missouri Press, 1981.

VENTER, Denis. India and Africa: Maritime Security and India's Strategic Interests in the Western Indian Ocean. *In*: WALKER, Iain; RAMOS, Manuel João ; KAARSHOLM, Preben (Orgs.). **Fluid Networks and Hegemonic Powers in the Western Indian Ocean**. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, 2017.

VIEIRA, Maira. A emergência da Índia como potência: ruptura ou continuidade? *In*: **BRICS : as Potências Emergentes : China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 77–121.

WALTZ, K. N. The Origins of War in Neorealist Theory. **Journal of Interdisciplinary History**,

v. 18, n. 4, p. 615–628, 1988.

WENDT, A.; FRIEDHEIM, D. Hierarchy under anarchy: informal empire and the East German state. **International Organization**, v. 49, n. 04, p. 689–721, set. 1995.

YANOFSKY, David. Somali piracy was reduced to zero this year. **Quartz**, [S. l.], p. 1, 27 dez. 2013. Disponível em: <https://qz.com/161704/somali-piracy-was-reduced-to-zero-this-year/>. Acesso em: 15 dez. 2020.